



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

COLETÂNEA
PARLAMENTAR

ESTADO, SOCIEDADE E CIDADANIA

2

**EDIÇÕES
INESP**

Acrísio Sena
Aderlânia Noronha
Agenor Neto
Antônio Granja
Apóstolo Luiz Henrique
Augusta Brito
Danniel Oliveira
Davi de Raimundão
Dr. Carlos Felipe
Dr^a. Silvana
Elmano de Freitas
Érika Amorim
Evandro Leitão
Fernando Hugo
Fernando Santana
Gelson Ferraz
Gordim Araújo
Guilherme Landim
Guilherme Sampaio
Heitor Férrer
Leonardo Araújo
Manoel Duca
Marcos Sobreira
Moisés Braz
Nelinho
Nizo Costa
Oriel Nunes Filho
Queiroz Filho
Rafael Branco
Renato Roseno
Romeu Aldigueri
Sérgio Aguiar
Tin Gomes
Tony Brito
Walter Cavalcante

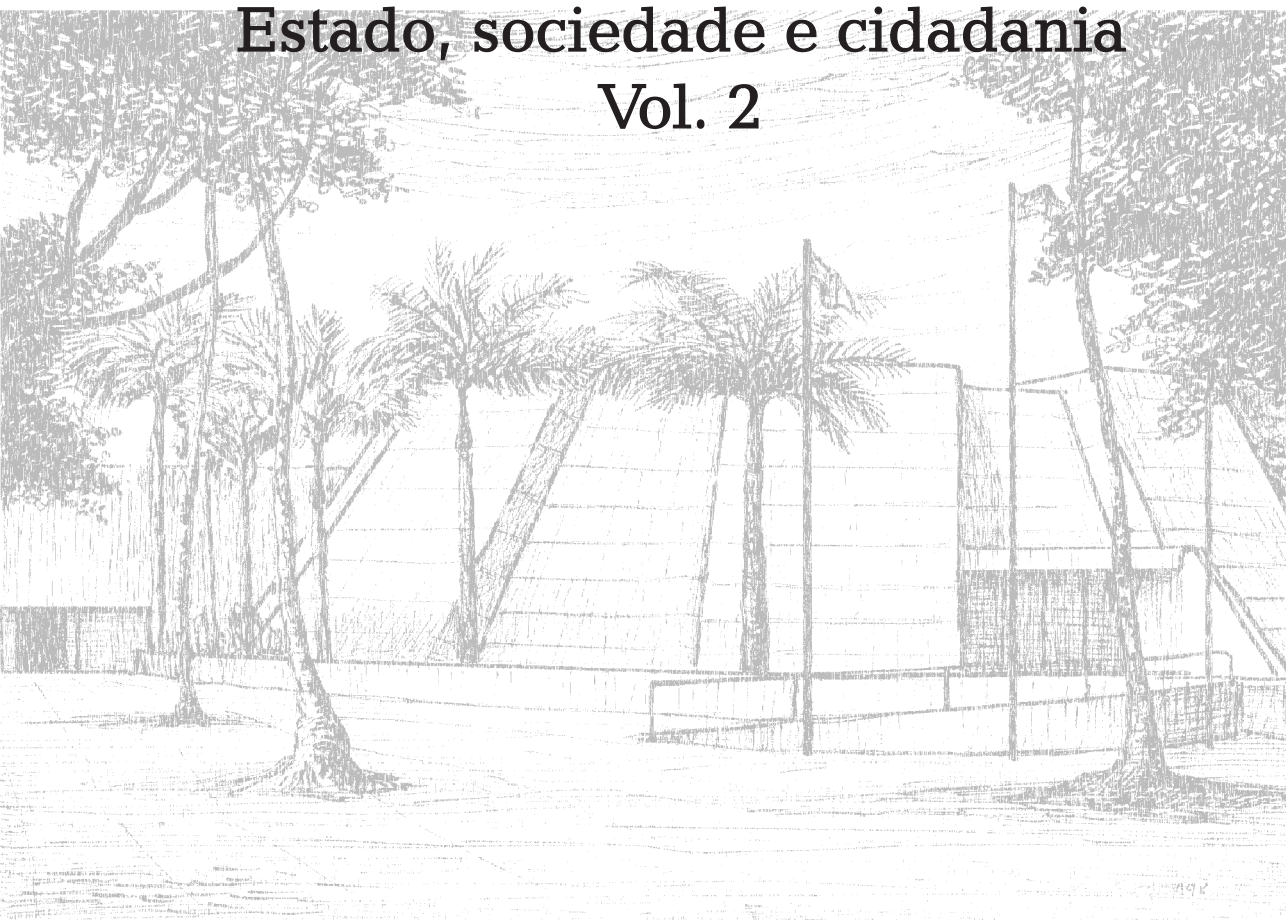


ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

COLETÂNEA PARLAMENTAR:

Estado, sociedade e cidadania
Vol. 2



João Milton Cunha de Miranda
Organizador

COLETÂNEA
PARLAMENTAR:
Estado, sociedade e cidadania
Vol. 2

INESP

Fortaleza - Ceará
2022

Copyright © 2022 by INESP
Coordenação Editorial
João Milton Cunha de Miranda
Assistente Editorial
Rachel Garcia e Valquiria Moreira
Diagramação
Mario Giffoni
Capa
José Gotardo Filho
Revisão
Sandra Bastos Mesquita
Coordenação de impressão
Ernandes do Carmo
Impressão e Acabamento
Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C694 **Coletânea parlamentar. [livro eletrônico] estado, sociedade e cidadania / organizador, João Milton Cunha de Miranda. – Fortaleza: INESP, 2022.**
2v. (113p.); 1080 Kb ; PDF
ISBN: 978-65-88252-79-6
1. Discursos parlamentar. I. Miranda, João Milton Cunha de. II. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. III. Título.

CDD 341.2538

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp
Av. Desembargador Moreira, 2807
Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar
Dionísio Torres
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707
al.ce.gov.br/inesp
inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

A *Coletânea Parlamentar: Estado, sociedade e cidadania vol. 2*, publicação de periodicidade anual, idealizada e organizada pelo Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda, diretor executivo do nosso Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará – Inesp, reúne textos produzidos pelos deputados estaduais, para possibilitar reflexões que envolvam as necessidades da sociedade cearense.

Este segundo volume vem reforçar o incentivo à proposição de projetos de lei e de indicação de iniciativa popular; e, aumentar o debate entre os parlamentares e os cidadãos. Trata de temas como: violência contra a mulher; cultura popular cearense; protagonismo jovem; fim do trabalho escravo; privatizações, saúde mental e física e suas relações com a pandemia; educação; políticas sobre drogas; agricultura familiar; desenvolvimento local e regional; turismo e empreendedorismo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Alece -, por meio do Inesp, orgulhosamente, edita e distribui a obra, com a certeza de que levará o parlamento e a sociedade em geral a expressar suas opiniões, gerando conhecimento e discussões, o que resultará em reações necessárias para o crescimento do Estado.

Deputado Evandro Leitão
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

A O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp -, criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o "Edições Inesp" e o "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O "Edições Inesp Digital" obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O livro *Coletânea Parlamentar: Estado, sociedade e cidadania, vol. 2* é mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital" e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

SUMÁRIO

O OURO BRANCO DO CEARÁ Deputado Estadual Acrísio Sena	13
MUITO ALÉM DA AGRESSÃO FÍSICA - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Deputada Estadual Aderlânia Noronha	15
ATUAÇÃO PARLAMENTAR EM CONTEXTO DE CRISES Deputado Estadual Agenor Neto	17
UNIÃO NO ENFRENTAMENTO DA MAIOR EMERGÊNCIA EM SAÚDE Deputado Estadual Antônio Granja.....	19
A MULHER COMO PRECURSORA DA IGREJA PENTECOSTAL NO CEARÁ Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique.....	21
É PRECISO RESPEITAR A HISTÓRIA DE PERTENCIMENTO E A CULTURA DA POPULAÇÃO CEARENSE Deputada Estadual Augusta Brito.....	24

ESTADO QUE RESPEITA O SERVIDOR, É UM ESTADO QUE RESPEITA A POPULAÇÃO	
Deputado Estadual Dr. Carlos Felipe	26
PORQUE SOU CONSERVADORA	
Deputada Estadual Dra. Silvana	28
VAQUEJADA CEARENSE: RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO	
Deputado Estadual Dannel Oliveira.....	31
PROTAGONISMO JOVEM	
Deputado Estadual Davi de Raimundão.....	33
FIM DO TRABALHO ESCRAVO É POSSÍVEL!	
Deputado Estadual Elmano de Freitas	35
IMUNIZAÇÃO E A ESPERANÇA DE QUE VAI DAR CERTO!	
Deputada Estadual Érika Amorim	37
A PANDEMIA, O PARLAMENTO E O CUMPRIMENTO DO DEVER	
Deputado Estadual Evandro Leitão	39
O VOTO CIDADÃO NOS TORNA IGUAIS NAS ELEIÇÕES	
Deputado Estadual Fernando Hugo	42
OLHAR AS CRIANÇAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO	
Deputado Estadual Fernando Santana.....	44
A NOVA POLÍTICA E NOVA SOCIEDADE	
Deputado Estadual Gelson Ferraz	46
A PANDEMIA E A RETOMADA DA ECONOMIA NO ESTADO DO CEARÁ	
Deputado Estadual Gordim Araújo.....	48
O PERIGO DO DISCURSO CONTRA A VACINA	
Deputado Estadual Guilherme Landim	50
O CEARÁ E A RESISTÊNCIA DA CULTURA	
Deputado Estadual Guilherme Sampaio	52
PARA RESPEITAR A ESCOLHA DO ELEITOR	
Deputado Estadual Heitor Férrer	54

BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS E A APROXIMAÇÃO DO POVO COM O PARLAMENTO	
Deputado Estadual Leonardo Araújo.....	57
DIREITO A LEGÍTIMA DEFESA	
Deputado Estadual Manoel Duca	59
POLÍTICA SOBRE DROGAS – UM TRABALHO INTERSETORIAL	
Deputado Estadual Marcos Sobreira	62
O CEARÁ E O MARCO LEGAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	
Deputado Estadual Moisés Braz	64
CAMINHO DA POLÍTICA	
Deputado Estadual Nelinho	67
A ESPERANÇA QUE RENASCE A CADA VACINA APLICADA	
Deputado Estadual Nizo Costa	69
DESENVOLVIMENTO LOCAL & REGIONAL	
Deputado Estadual Oriel Nunes Filho	71
INVESTIR NA EDUCAÇÃO TRANSFORMA VIDAS	
Deputado Estadual Queiroz Filho.....	73
MANDATO INFORMATIVO E PARTICIPATIVO	
Deputado Estadual Rafael Branco	75
CEARÁ, ESPAÇO DE ESPERANÇA NO BRASIL	
Deputado Estadual Romeu Aldigueri	77
COMPROMISSO COM O SEMIÁRIDO	
Deputado Estadual Sérgio Aguiar	79
OS DESAFIOS DA RETOMADA	
Deputado Estadual Tin Gomes.....	81
SALA DO EMPREENDEDOR GERA OPORTUNIDADES PARA EMPREENDEDORES CEARENSES	
Deputado Estadual Walter Cavalcante	83

PANDEMIA NO CEARÁ, UM DESAFIO HUMANITÁRIO PARA O PARLAMENTO	
Deputado Estadual Renato Roseno	85
LUTA PELA ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO	
Deputado Estadual Tony Brito.....	87
A VOCAÇÃO AUTORITÁRIA DA REPÚBLICA BRASILEIRA	
Deputado Estadual Acrísio Sena.....	89
PRIVATIZAÇÕES: A ILUSÃO NEOLIBERAL	
Deputado Estadual Elmano de Freitas	91
SAÚDE MENTAL DE NOSSAS CRIANÇAS NA PANDEMIA	
Deputada Estadual Érika Amorim	93
ASSEMBLEIA 2030: TRANSFORMANDO O PARLAMENTO PARA MELHOR SERVIR AO POVO	
Deputado Estadual Evandro Leitão	95
O PRÓXIMO DESAFIO	
Deputado Estadual Guilherme Landim	98
UM NOVO PACTO PELA EDUCAÇÃO	
Deputado Estadual Guilherme Sampaio	100
A REALIDADE CEARENSE E O AFASTAMENTO DOS SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Deputado Estadual Leonardo Araújo.....	102
DESIGUALDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	
Deputado Estadual Moisés Braz	104
UM DESAFIO DO NOSSO TEMPO	
Deputado Estadual Oriel Nunes Filho	106
ASSERTIVIDADE DA COMUNICAÇÃO	
Deputado Estadual Rafael Branco	108
O SETOR DE EVENTOS E O OLHAR DO ESTADO	
Deputado Estadual Romeu Aldigueri	110
A RESILIÊNCIA DO TURISMO	
Deputado Estadual Sérgio Aguiar	112

O OURO BRANCO DO CEARÁ

Deputado Estadual Acrísio Sena

Com o declínio da pecuária no final do século XVIII, tem início um novo ciclo que transformaria a economia do Estado: o do algodão, também chamado de ouro branco. Com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, que impulsionou a fabricação de tecidos, a demanda por algodão cresceu acentuadamente. E o Ceará passou a produzi-lo em larga escala. A cotonicultura guarda estreita ligação com a história do Ceará. Nosso Estado já foi um dos maiores produtores de algodão do país, com destaque para o cultivo do algodão arbóreo em um primeiro momento, e, em seguida, com a produção do algodão herbáceo.

O ciclo do algodão marca o início do processo de industrialização do Ceará, no final do século XIX, com a inauguração, em Fortaleza, da Fábrica de Tecidos Progresso. Na segunda metade do século XIX, segundo o historiador Raimundo Girão, o algodão representava aproximadamente metade do valor das exportações do Ceará. Porém, com o fim da guerra

civil americana, os EUA recuperaram a liderança no mercado mundial, e a produção cearense entrou em declínio. A partir da década de 1980, a praga do bicudo-do-algodoeiro devastou nossas plantações e reduziu a importância da cultura do algodão para a economia cearense. Mesmo com o processo retomado, na última década, a cotonicultura representou apenas 0,3% das nossas exportações (IPECE, 2018).

Conscientes desse cenário, realizamos em setembro na Assembleia Legislativa, uma reunião técnica para debater estratégias de revitalização, ampliação e modernização da cotonicultura no Ceará. Vimos neste ano de 2021, uma retomada deste cultivo, graças ao Programa de Modernização do Algodão do Governo do Ceará. Atualmente, o algodão é cultivado nas regiões de Tabuleiro do Norte, Chapada do Apodi, Iguatu, Missão Velha, Brejo Santo e Milagres. No ano de 2020, foram contabilizados 2.919 hectares.

A previsão para 2021 é equivalente a 3.234 hectares, com produtividade semelhante à média nacional. Nosso debate na reunião técnica concluiu que já temos, hoje, conhecimento acumulado e tecnologia de ponta que permite produzir algodão de qualidade, mesmo com a presença do inseto. Para isso, é preciso que o conhecimento técnico-científico chegue ao produtor, junto com linhas de crédito e condições de logística. Vamos juntos fortalecer a cadeia produtiva do algodão no Ceará!

MUITO ALÉM DA AGRESSÃO FÍSICA - VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Deputada Estadual Aderlânia Noronha

Já é sabido de todos, que a violência contra a mulher vai muito além da agressão física. Em longo prazo, as vítimas podem desenvolver traumas psicológicos, depressão e transtorno de ansiedade.

A violência contra as mulheres é algo recorrente. Segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada cinco mulheres no mundo, três já declararam terem sido vítimas de violência. Atos de violência contra a mulher remetem-se a uma história antiga. As guerras entre povos e nações são caracterizadas por tais atos, como: o estupro em série, a violação ao corpo da mulher figurando como território a ser invadido, entre outras violências.

A violência contra as mulheres pode, além de tudo, serem silenciosas. Pode parecer óbvio para quem vê a situação de fora, mas nem todas as vítimas conseguem enxergar que

estão submetidas à violência. E muitos motivos podem está associados a determinado fatores, como: a culpa, o medo de retaliação, acreditar na mudança da pessoa que a agride, a vergonha e a frustração.

Muitas são as consequências, entre eles o distúrbio de ansiedade caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas físicos, psíquicos e emocionais causados por um episódio traumático que a vítima viveu ou presenciou, como: violência doméstica, conflitos graves, aborto, separação conjugal, acidentes, enfermidades e morte súbita de entes queridos.

Isso acontece quando a pessoa se recorda da situação como se tivesse passando por aquilo de novo e sente a mesma sensação de dor e sofrimento. O que pode causar uma série de sintomas, como a falta de ar, taquicardia, desespero, angústia, sudorese, problemas com o sono, dor de cabeça, tontura, problemas de concentração e afastamento da vida social.

Para encerrar o ciclo de violência contra a mulher, é preciso denunciar o agressor. Esse passo pode ser dado não só pela vítima, mas também por qualquer pessoa que tenha presenciado a agressão. A denúncia pode ser realizada por meio do 190 ou 180.

Nossa luta é diária, é pela superação, é para que mais mulheres possam unir forças e sair do ciclo de violência. Vamos unir esforços pela justiça e pelo fim da cultura de violência contra as mulheres. Não se cale, denuncie!

ATUAÇÃO PARLAMENTAR EM CONTEXTO DE CRISES

Deputado Estadual Agenor Neto

Não se discute a relevância da atuação parlamentar para a construção de um Estado democrático de direito sólido e efetivo, resistente as intempéries do tempo e das crises, as quais invariavelmente afligem os sistemas participativos de governo. Sobre esse último ponto, a atuação se apresenta como fundamental para a superação das dificuldades e, principalmente, para o processo de aprendizado e amadurecimento político-institucional que tais momentos podem proporcionar.

Considerando que essa Coletânea compreende o biênio 2021-2022, entendeu-se pela relevância de tratar sobre a atuação parlamentar nos momentos de crises, tendo como recorte as iniciativas deste autor no contexto da pandemia de Covid-19, que se apresenta como a maior crise sanitária suportada pelo povo brasileiro e suas instituições, a qual teve reflexos nas esferas política, econômica e social.


Nesse ponto, de forma pioneira, repassamos 100% (cem por cento) dos valores de emenda do PCF, para o combate da calamidade sanitária, o que perfaz R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conduta que serviu de espelho para os demais membros da Assembleia Legislativa, os quais, unanimemente, repassaram a integralidade de suas emendas para o combate da pandemia. Desde que entendemos pela necessidade de repassar tais valores, estávamos cientes de que o montante ainda era muito aquém do necessário para a superação da crise, mas a atuação parlamentar é isso, fazer sua parte e servir de exemplo com boas práticas políticas.

Outro vetor de atuação do mandato, dessa vez visando amparar diretamente os jurisdicionados, foi a elaboração de projetos de lei e requerimentos. Dentre os projetos, se destaca o de nº 104/2020, que ensejou a edição da Lei 17.241/2020, que suspende os prazos de garantia, troca, devolução ou reembolso de produtos ou serviços, quando decretado estado de emergência em saúde ou calamidade pública decorrente de pandemias ou epidemias de doenças infectocontagiosas, medida que resguardou os direitos de inúmeros consumidores prejudicados pelas medidas de isolamento social e fechamento dos comércios. Os requerimentos foram muitos, desde pedidos de EPI's a equipação de UTI's no interior do Estado.

Desse modo, se demonstra que a atuação parlamentar é ainda mais relevante para a sociedade e para a democracia nos momentos de crises, razão pela qual cada parlamentar, seja municipal, estadual ou federal, deve ter ciência da expressividade de sua responsabilidade e converter isso em trabalho em prol do povo.

UNIÃO NO ENFRENTAMENTO DA MAIOR EMERGÊNCIA EM SAÚDE

Deputado Estadual Antônio Granja

 momento pede união. União entre poderes, setores, classes e cidadãos. Pois, só com união é possível avançar no enfrentamento a esta pandemia. Só com união é possível encontrar as melhores saídas para as consequências desta, considerada a maior emergência em saúde no mundo.

Aqui, no Ceará, registramos números inquietantes de casos, de internações e de óbitos. E, só com a adoção de medidas para controlar a circulação do vírus e suas variantes, e com a chegada das vacinas em larga escala, foi que conseguimos vislumbrar dias melhores.

Os poderes Executivo e Legislativo têm-se debruçado para execução de ações em três eixos: saúde, economia e social. A Assembleia Legislativa tem sido uma grande parceira

do governo estadual, e aqui há de se enaltecer o compromisso do governador Camilo Santana em priorizar a vida dos milhares de cearenses.

Para citar, na saúde, registramos a abertura de milhares de novos leitos na capital e no interior, abertura de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTIs), em municípios que sequer possuíam estes equipamentos, contratação de novos profissionais, instalação de centros de testagens, distribuição de vacinas, de insumos (de máscaras, de gás, de capacetes, de medicamentos, entre outros), contrato para compra de vacinas, serviço de transporte para vacinação de idosos, entre outras tantas.

Na área social, registramos a distribuição de vale-gás para famílias em situação de vulnerabilidade, auxílio financeiro aos profissionais do setor de bares e restaurantes, isenção de contas de água, pagamento de contas de energia para 500 mil famílias, distribuição de chips para alunos dos Centros Técnicos, ampliação do programa Cartão Mais Infância, auxílio para catadores, etc.

Já na área econômica, adotamos a medida que adia o pagamento de ICMS de empresas do Simples Nacional, isenção de IPVA para transportes do setor de eventos, isenção de contas de água para setor de alimentação fora do lar, edital para realização de eventos corporativos virtuais, enfim...

Enquanto deputado estadual, registro aqui, que votei a favor, repito, A FAVOR, de todas as mensagens do Poder Executivo para enfrentar esse momento.

Enquanto médico, deixo aqui minha prescrição de que se vacinem, higienizem as mãos com álcool, usem máscara e mantenham o distanciamento social.

Enquanto cidadão, deixo aqui o meu apelo: União!

A MULHER COMO PRECURSORA DA IGREJA PENTECOSTAL NO CEARÁ

Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique

A Bíblia descreve no livro de Atos dos Apóstolos, no capítulo 2, o batismo com fogo do Espírito Santo, no dia de Pentecostes. Inspirados neste acontecimento, aqueles que acreditam nos dons e na manifestação do Espírito Santo, são chamados de pentecostais e faz parte de um dos movimentos cristãos que mais teve crescimento nos últimos 50 anos, o pentecostalismo.

Inaugurado no sul dos Estados Unidos (Califórnia), na primeira década do século XX, o grupo adota a ideia de conversão, na qual o indivíduo tendo convicção de sua salvação teria uma vida disciplinada, afastando-se dos prazeres do mundo e concentrando seus esforços na oração e no trabalho religioso.

No Brasil, as primeiras igrejas do movimento chegaram entre 1910 e 1911.

E quem imaginaria que uma simples e corajosa mulher, seria responsável por trazer as boas novas do batismo com o Es-

pírito Santo para o Ceará? É fato que a nordestina é, por natureza, forte e corajosa. E foi com este espírito de ousadia, que Maria de Jesus Nazaré Araújo, convertida através de seu contato com o movimento em Belém, desembarcou em junho de 1914, em Fortaleza, seguindo para sua cidade natal, São Francisco de Uruburetama, atual município de Itapajé. Ao chegar à casa de seus familiares, após três dias de viagem montada em um animal de carga, foi rejeitada, teve sua bíblia jogada no chão e foi expulsa. Sem saber para onde ir, Nazaré ouviu um sussurro, "vá para o Sítio Santana, onde moram os protestantes." E foi nesse sítio onde era dirigida uma congregação presbiteriana independente, por Raimundo Salles Gomes e seu Genro Vicente Salles Bastos, que iniciou uma grande obra. Ambos creram na mensagem do batismo do Espírito Santo e se tornaram pentecostais. E logo outros foram se juntando a eles.

Em 20 de julho de 1914, foram fundadas as Assembleias de DEUS do Ceará. Nove dias após, já houve o primeiro batismo nas águas. As notícias sobre a igreja do Ceará se espalharam e muitos estrangeiros vieram ver de perto o mover espiritual que estava acontecendo e a chama pentecostal foi se alastrando, permanecendo acesa e intensa até os dias de hoje.

Reconhecendo a vivência coletiva desse movimento e sua relevância social e religiosa no Estado, protocolamos um Projeto de Lei nº 368/2021, que declara e institui o movimento pentecostal como Patrimônio Cultural e Imaterial do Ceará. Desta forma, valorizamos a história e a identidade da nossa comunidade cristã evangélica e o trabalho realizado pelas igrejas como ferramentas de transformação social.

Nosso trabalho no Parlamento cearense sempre foi uma extensão de nossa atuação como igreja, como corpo de Cristo, em defesa das vidas, das causas dos menos favorecidos e dos valores eternos.

Em 2020, na Casa do Povo, demos um passo importante no combate à desigualdade social. Inspirados no Salmo 68 que diz: "Pai de órfãos e juiz de viúvas é DEUS, no seu lugar Santo.

DEUS faz que o solitário viva em família..." , protocolamos o Projeto de Indicação Nº 124/2020, que dispõe sobre a prioridade no atendimento aos órfãos, abrigados egressos de orfanatos e viúvas sem amparo, nos Programas Habitacionais Públicos subsidiados com recursos públicos do governo do estado do Ceará.

Defendemos esta causa, porque o sonho de ter um lar é mais que um desejo de todo cidadão, mas um direito garantido que está diretamente associado com o princípio da dignidade da pessoa humana. E mesmo assim, no Brasil, milhões de brasileiros ainda não têm acesso a um lar digno. E por considerarmos a alta demanda dos que ainda não tem casa própria, priorizamos os que mais sofrem, ou seja, aqueles que já acumulam perdas e que mais urgentemente necessitam de abrigo.

A medida será aplicada aos órfãos e abrigados que tenham entre dezoito e vinte e nove anos de idade e às viúvas, desde que estejam cadastrados nos sistemas sociais de baixa renda do governo, que recebam renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo e que apresentem certidão de óbito do marido e continuem com o estado civil de viúva.

Queremos facilitar o processo de acesso à moradia, por meio do atendimento prioritário e da simplificação das etapas de seleção para estes segmentos de vulnerabilidade econômico-social, que precisam ser tutelados pelo Estado. A idéia é oferecer amparo aos desamparados, moradia aos desabrigados, contribuindo para salvaguardar os direitos dos cidadãos, alegrando assim o nosso DEUS.

Esse projeto é mais do que oferecer teto a quem não tem, mas oferecer oportunidade para uma nova história na vida de pessoas já tão experimentadas pela dor. Só de imaginarmos a alegria e a segurança proporcionadas a órfãos e viúvas através dessa iniciativa, nosso coração é aquecido pela esperança. É isso que nos move!

Continuaremos trabalhando por amor a DEUS, por amor ao próximo e para a glória de DEUS!

É PRECISO RESPEITAR A HISTÓRIA DE PERTENCIMENTO E A CULTURA DA POPULAÇÃO CEARENSE

Deputada Estadual Augusta Brito¹

Mais de um século após o decreto assinado por Dom Pedro II, em 1880, o litígio entre Ceará e Piauí torna-se novamente tema de discussão nos dois Estados. Em debate, o relatório cartográfico preliminar realizado pelo exército, apresentado em 2016, que mostra uma “nova configuração territorial” onde 13 municípios cearenses seriam afetados diretamente.

¹ Presidente do Comitê de Estudos de Limites e Divisas Territoriais do Estado do Ceará

Para nós, cearenses, não há disputa. Não há como negociar sentimento, pertencimento, identidade territorial e cultural. O vínculo que a população da região em litígio tem com o Ceará ao longo desses mais de cem anos é imensurável.

Do lado de lá se aguarda a conclusão da perícia do exército e o julgamento do relatório entregue à Ministra Carmen Lúcia. Do lado do Ceará queremos que seja reconhecida a legalidade do poder estatal, que de fato exerce controle político e administrativo sobre a região em disputa. Foram milhões investidos pelo nosso Estado na região.

Ora, não há como todo esse impasse ser resolvido apenas por uma análise cartográfica ou um relatório técnico. Este tipo de estudo jamais alcançará o sentimento de vínculo, as tradições e a história cultural de um povo que é cearense desde antes das capitâneas hereditárias.

Mais que escolas, estabelecimentos agropecuários, torres eólicas, mineração ou estradas, é urgente considerar o desejo da população que se reconhece cearense, dono desse chão. Somos conterrâneos, com muito orgulho, de Clóvis Beviláqua, Farias Brito, Delmiro Gouveia e Mestre Ana Maria.

Torço para que as questões financeiras não se sobreponham aos sentimentos de pertença das pessoas. É imperioso respeitar nossos aspectos sociais e culturais. Uno minha voz à população que pede para ser ouvida. Somos cearenses e assim queremos continuar.

ESTADO QUE RESPEITA O SERVIDOR, É UM ESTADO QUE RESPEITA A POPULAÇÃO

Deputado Estadual Dr. Carlos Felipe

Estado que respeita o servidor, é um Estado que respeita a população. É dessa forma que vejo um Estado que valoriza o servidor público, por entender que ele, servidor, é uma célula importante e fundamental no contexto de uma sociedade cidadã. Na realidade, o servidor representa de forma direta e/ou indiretamente o Estado em seus vários ramos de atuação, de prestação de serviços à população por meio de seu trabalho.

Com os recursos que arrecada e gere, o Estado remunera seus servidores, e assim, através do trabalho desses servidores, nas mais diversas áreas, o Estado chega à sociedade e a população. Os servidores são os braços do Estado, digamos assim, nessa dinâmica de prestação de serviços.

Nesse movimento, facilmente podemos compreender que um servidor respeitado, reconhecido, bem remunerado, estável, com programa de formação, avaliação e com perspectiva de ascensão, em tese, prestará um serviço melhor em sua área de atuação, para a população. A sociedade assim estará mais assistida, com um serviço mais qualificado. Teremos, sem dúvidas, servidores mais engajados, mais comprometidos com o desempenho do seu trabalho e prestando um serviço melhor para a população. Essa conta é básica, elementar. Não há erro em investir nessa área por parte do Estado. O retorno é certo, garantido.

Ainda nesse tema, defendo a perene realização de concursos públicos. Confio na pauta do servidor público concursado, preferencialmente. Isso porque possibilita estabilidade, ascensão, carreira, melhor prestação de serviços e um último item, de grande relevância, diminui a "politicagem" no sistema. Grave problema atual, a politicagem prejudica o bom e pleno funcionamento dos órgãos, as tomadas de decisões em várias esferas e, especialmente, falo da área da Saúde, já tão frágil por outros problemas, como poucos recursos e baixo investimento. Nos últimos seis anos, o Brasil tem sofrido com a ausência de concursos públicos, fato que tem contribuído com a precarização do trabalho, com grande aumento de terceirizados, associado a uma reforma trabalhista perversa.

Finalizo com a reflexão de que nesse tempo difícil de pandemia, se tornou notória a importância do trabalho do servidor público, que mesmo em home-office ou remotamente, executou suas tarefas de maneira eficiente, adaptando-se às novas tecnologias, que têm também mudado - e mudarão mais ainda - as novas modalidades de trabalho.

PORQUE SOU CONSERVADORA

Deputada Estadual Dra. Silvana

Com convicção, quero reafirmar neste artigo a minha condição de ser uma mulher conservadora. Com um detalhe que para mim tem relevância extrema. Sou conservadora dos valores ocidentais e cristãos. O conservadorismo tem várias faces em diferentes lugares e culturas. Portanto, o conservadorismo no qual fui formada é aquele que objetiva preservar valores assentado em bases da doutrina cristã, evangélica, mas que nos aspectos da moral política defende os ideais das liberdades públicas, base da democracia, em que assomam o respeito aos direitos individuais sem olvidar os direitos da coletividade. Estes, porém, não podem ser ditados pelo Estado em detrimento das individualidades, porque descambam normalmente para o totalitarismo, como tem ocorrido ao longo da história política dos povos.

Importante observar o que está assentado na compreensão conceitual do conservadorismo como segmento do pensamento humano. Vale dizer, que o conservador tem como norte para os princípios que defende valores essenciais como a li-

berdade e a **ordem**, sobretudo quando se trata da defesa das liberdades política e econômica e da consolidação de uma ordem social e moral arrimada nesses princípios. Entende a pessoa conservadora – e eu assim o entendo –, que há uma ordem moral duradoura e transcendente. No caso do conservadorismo que professamos no mundo ocidental, em especial no Brasil, cuja colonização está assentada historicamente na doutrina cristã e tem na religião a sua base, essa convicção de que a transcendência está no comando das mudanças da sociedade, quaisquer que sejam, constitui um dado muito forte. Essa compreensão que está para além das ações simplesmente materiais protagonizadas pela pessoa, valoriza a diversidade típica do individualismo e rejeita a igualdade como um objetivo da política. Neste pé, paradoxalmente, o conservador, assim como o libertário, entende que “a igualdade político-jurídica é suficiente para garantir a igualdade necessária entre as pessoas. Qualquer desigualdade material ou de resultado é consequência inevitável das diferenças naturais entre os indivíduos, de seus esforços e de suas decisões.” A liberdade é um dom, um prêmio que Deus deu ao ser humano e do qual ele não pode abdicar sob a pena de ser considerado covarde ou ingrato.

As revoluções carregam intrinsecamente o germe da mudança permanente, da transitoriedade, da instabilidade, da insegurança. Ao contrário, o conservador tem como fundamento da ação cotidiana, a preservação das instituições políticas e sociais, que se desenvolveram ao longo do tempo e são fruto dos usos, costumes e tradições. Isto não significa imobilidade, mas prudência na condução dos negócios da sociedade sejam políticos, sejam econômicos e, em especial, no respeitante aos costumes. É correto afirmar que o conservador defende a necessidade de mudanças e da busca pelo progresso da sociedade. Todavia, para mantê-la saudável, essas mudanças devem ser presididas pela cautela e por iniciativas graduais implementadas com firmeza de propósitos. Nada de açoda-

mentos, de desatinos, de agressões gratuitas ao status quo. Com acerto podemos afirmar, destarte, que "a política do conservador é a política da prudência, sempre preferindo manter e melhorar as instituições estáveis e testadas, do que tentar rupturas para implantar modelos de sociedade e instituições advindas da razão humana". Essa postura coloca o pensamento conservador em conflito com ideologias, essencialmente, reformistas, que almejam criar uma sociedade "perfeita" pelo uso da política. Para o conservador, a política é a "arte do possível" e não um meio para se chegar a uma sociedade utópica. Por isso, o conservador nos dias atuais em maior grau, insurge-se contra as doutrinas que se arrimam no marxismo, utopia que só conseguiu chegar ao nível da miséria física e moral das sociedades onde foi experimentada, posto que não passe de uma "doutrina intrinsecamente má", consoante palavras do Papa Pio XI.

Por final, vale lembrar o que disse o respeitável teórico político norte-americano Russel Kirk, que serve como admoestação: "o conservador pensa na política como um meio de preservar a ordem, a justiça e a liberdade. O ideólogo, pelo contrário, pensa na política como um instrumento revolucionário para transformar a sociedade e até mesmo transformar a natureza humana. Na sua marcha em direção à Utopia, o ideólogo é impiedoso".

VAQUEJADA CEARENSE: RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO

Deputado Estadual Dannel Oliveira

A defesa da vaquejada tem sido uma bandeira constante do nosso mandato, desde o seu reconhecimento como esporte até a regularização da prática no Ceará e, recentemente, com seu retorno responsável, seguindo os novos protocolos sanitários. Com muita honra, tenho um histórico pessoal e parlamentar de luta e de ações que asseguram o exercício da atividade. Em 2016, criamos a Frente Parlamentar em Defesa da Vaquejada na Assembleia Legislativa do Ceará e no ano seguinte, conseguimos aprovar e sancionar a lei que institui a vaquejada como esporte no Estado, com a criação do protocolo da Vaquejada Legal, que assegura o bem-estar animal e também a lei que dá status de patrimônio cultural cearense.

Apesar disso, lamentavelmente, a vaquejada ainda encontra resistência de alguns que não possuem o entendimento de sua dimensão e importância, não apenas no Ceará, mas em todo o nordeste brasileiro. Como se não bastasse, a angústia de acompanhar nos últimos dois anos, o sofrimento de milhares de vaqueiros e trabalhadores da vaquejada que foram im-

pedidos de exercer suas funções pela pandemia da Covid-19, nos deparamos, ainda, com dificuldades no momento do retorno. Enquanto os demais esportes retomavam suas atividades, graças ao avanço da vacinação e a queda do número de casos da doença, em muitos municípios a vaquejada seguiu impedida de ser realizada.

Foi preciso, mais uma vez, a união de forças e uma grande articulação com diferentes setores para reafirmar a vaquejada como prática desportiva e cultural. Aprovamos na Assembleia Legislativa um requerimento solicitando a retomada e, após intensa mobilização do nosso mandato, conseguimos o retorno gradual e responsável da modalidade. Seguindo todas as normas sanitárias e somente com a participação de competidores e equipes, a prática da vaquejada foi autorizada e está garantida através do decreto estadual. Mais uma importante conquista para toda a vaqueirama cearense, da qual me orgulho de ter contribuído.

Por conta de acontecimentos como esse, é importante sempre lembrar que estamos tratando aqui de uma prática centenária, tradicionalmente nordestina, considerada símbolo cultural da nossa região. Para, além disso, a vaquejada mobiliza toda uma cadeia produtiva e impulsiona o crescimento econômico do Nordeste. Dados da Associação Brasileira de Vaquejada e da Associação Brasileira dos Criadores de Quarto de Milha mostram que o esporte movimenta cerca de R\$ 800 milhões por ano, e seus eventos geram mais de 700 mil empregos diretos e indiretos.

Torna-se impossível ignorar a representatividade e força da vaquejada. Pelo contrário, acreditamos que é preciso proteger e valorizar essa atividade tão valiosa para o Ceará - tanto economicamente, quanto culturalmente. Por isso, nosso apoio e luta a favor da vaquejada é constante, estando sempre a postos para defender a fonte de renda e a paixão de tantos nordestinos.

PROTAGONISMO JOVEM

Deputado Estadual Davi de Raimundão

Conhecendo melhor o parlamento nessa minha primeira investida na vida pública, cheguei à conclusão de quão seria interessante para o país, como um todo, a participação mais efetiva da juventude na política nacional. Seja nas refregas eleitorais, nos debates políticos ampliando níveis de conscientização e apontando ideias. Desta forma, exercendo pressão maior no contexto das reivindicações, fazendo críticas e procurando dar um rumo melhor à política e às gestões públicas.

Não é à toa, que 47,7% da população residente no Brasil, é composta por pessoas com idades entre 18 e 49 anos. Ou seja, uma fatia expressiva que poderia estar mais presente nos embates políticos e dando um contributo maior no desenvolvimento de sua cidade, do seu Estado e da nossa nação. Muito provavelmente, representaria uma oxigenação maior nas ideias e de modo a servir com incentivo, para que tenhamos um envolvimento cada vez maior da juventude na política nacional.

Tudo isso é possível acontecer, reunindo muitas mãos e cabeças de homens e mulheres jovens que podem muito bem, e até devem, se inspirar nas boas práticas e a experiência dos

mais velhos que tenham percorrido de forma proeminente os caminhos na vida pública. Seria a melhor e mais segura maneira de fazer um traçado eficiente com os olhos nos bons propósitos do passado e a mente voltada para a busca incessante de um futuro honrado para todos no contexto da modernidade.

Entretanto, não podemos perder de vista a possibilidade de uma inserção maior das mulheres na vida política, despertando cada vez mais suas habilidades e o trato saudável com a coisa pública. Ainda enxergo como algo, extremamente tímido e que nem as obrigatórias cotas de gêneros perante os partidos políticos no registro das candidaturas resolveu a situação.

Interessante notar, que na contramão dessa história, a maior parcela do eleitorado brasileiro é feminina, como se não bastasse a própria população formada por 51,8% de mulheres em nosso país. Tais normas eleitorais foram postas em prática há alguns anos, mas as bancadas femininas nos parlamentos não evoluíram tanto e nem ao menos o número de mulheres no comando de prefeituras, governos de estados ou à frente da própria união.

Em alguns casos, mulheres até conseguem boas votações, a exemplo do último pleito municipal no meu Juazeiro do Norte, quando duas delas foram as mais votadas. Noutros, o número de sufrágios chega a ser bem reduzido. Por isso, é nesse contexto geral que me insiro em nome de um protagonismo maior da juventude masculina e com a participação efetiva de nossas bravas mulheres.

FIM DO TRABALHO ES CRAVO É POSSÍVEL!

Deputado Estadual Elmano de Freitas

No último dia 3 de agosto de 2021, foi sancionado pelo governador Camilo Santana o Projeto de Lei nº 193/2021, de minha autoria, que cria vagas de trabalho para trabalhadores e trabalhadoras libertados do regime análogo à escravidão.

A Lei, na prática, insere trabalhadores resgatados do regime escravo em vagas de trabalho em órgãos do Estado, destinando o percentual de 2% destas, em obras públicas e prestação de serviços. Essa Lei tem por objetivo, contribuir na reinserção destes trabalhadores recém-resgatados daquela condição, e aptos para desenvolver serviços voltados para a população.

É importante, também, que haja no âmbito das políticas públicas, ações de formação e qualificação destes trabalhadores, em sua maioria analfabeta ou com baixa escolarização, submetidos a jornadas exaustivas e desprovidos de direitos

previdenciários e trabalhistas. Do mesmo modo, os empregadores que proporcionaram esse tipo de trabalho, condenado mundialmente, sejam punidos e impedidos de participar de concorrências públicas até que a ilegalidade seja sanada.

Nos últimos dez anos, o Ceará teve 289 trabalhadores flagrados em condições análogas à de escravidão em áreas rurais e urbanas. Segundo levantamento do setor de fiscalização do trabalho da Superintendência Regional do Trabalho no Ceará (SRT/CE), o ano com mais pessoas encontradas nessas condições foi 2013, com 103 resgatados.

Em 2020, 942 pessoas foram resgatadas de condição semelhante à de escravidão no Brasil. Os dados são do Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, desenvolvido pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O referido Observatório reúne dados de ações de órgãos públicos entre 1995 e 2020.

Nesse período, 55.712 pessoas foram encontradas em condição semelhantes à de escravidão, sendo 80% das vítimas, trabalhadores no setor agropecuário. No mundo, segundo a OIT, ainda existem perto de 40 milhões de pessoas na condição análoga ao trabalho escravo, ou seja, o desafio pelo fim da superexploração e a constituição de direitos tem que ser permanente.

Ao elaborar esse Projeto, nosso intuito foi de proporcionar um trabalho decente, digno e com respeito aos direitos humanos. Agradecemos ao governador Camilo pela sensibilidade de sancioná-lo. É uma justa e merecida reparação a esses trabalhadores, e uma grande vitória também da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo do Ceará, da qual, orgulhosamente, sou integrante.

IMUNIZAÇÃO E A ESPERANÇA DE QUE VAI DAR CERTO!

Deputada Estadual Érika Amorim²



Quando assinei o Projeto de Lei, que institui no Ceará o Dia Estadual da Imunização ainda em 2019, não esperava que fôssemos nos deparar com a imunização de forma tão urgente e aguardada no nosso dia a dia, tal como ocorreu em episódios, décadas atrás. A Lei Nº 16.897 foi sancionada, entrou para o calendário oficial de eventos do Estado e diante do atual cenário, ganhou um significado ainda mais especial.

O objetivo é reforçar a importância da imunização, e mais: sensibilizar a população de que se trata de um instrumento fundamental para a prevenção de doenças. Mas a urgência da imunização, da vacina, vai muito além da minha ou da sua proteção individual. Quando nos imunizamos, impedimos a transmissão de doenças para outras pessoas, para outros grupos, atuando na diminuição dos casos.

² dep.erikaamorim@gmail.com

A imunização através da proteção imunológica, confere ao organismo resistência contra certas enfermidades infecciosas. No Brasil, foi criado em 18 de setembro de 1973, o Programa Nacional de Imunizações, tendo como missão: erradicar ou manter sob controle todas as doenças que podem ser erradicadas ou controladas por meio de vacinas.

De acordo com o Ministério da Saúde, estão entre as doenças evitáveis com a vacinação: tuberculose, influenza, Hepatite A e B, sarampo, caxumba, rubéola e febre amarela. Já a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), aponta que a vacinação foi responsável pela erradicação da varíola e da poliomielite (paralisia infantil) no nosso país.

Aproveito a oportunidade para trazer um alerta que também é de extrema importância, para que a população acompanhe e participe das campanhas de imunização, visto que muitas pessoas ainda deixam de comparecer aos postos de saúde para atualizar a carteira de vacinação, dificultando a erradicação e o controle de transmissão de certas doenças que podem ser prevenidas simplesmente com a vacina.

A pauta da vacinação, reforçada por conta da Covid-19, também chama a atenção para o cadastro no portal Saúde Digital, da Secretária de Saúde do Ceará, e o acompanhamento das novas faixas etárias de vacinação, estando atento ao ser chamado. E mais: saber que independentemente do fabricante, vacina boa é a vacina disponível. Essas doses de esperança anunciam que vai dar certo! Também vamos vencer a Covid!

A PANDEMIA, O PARLAMENTO E O CUMPRIMENTO DO DEVER

Deputado Estadual Evandro Leitão

Estamos caminhando para um novo momento da humanidade. Uma realidade pós-pandemia do Coronavírus, em que o mundo todo teve de enfrentar enormes desafios e perdas, precisando reinventar-se nas mais diversas esferas, tanto no âmbito coletivo quanto no individual. E é nessa perspectiva que buscamos atuar ao longo deste ano, enquanto Parlamento, para além do seu papel fiscalizador e legislador.

Esta Casa ressignificou a política voltada para a população, diante deste contexto, sem deixar de cumprir o seu papel principal de legislar. Nesta função primeira, destaco o papel da Assembleia Legislativa em apreciar, aprimorar e aprovar importantes medidas do governo do estado do Ceará, para atenuar os efeitos da pandemia.

O Parlamento Estadual agiu com celeridade para amparar os mais vulneráveis ao longo desta crise sanitária, garantindo isenção do pagamento de contas de água e energia elétrica,

vale-gás, auxílio cesta básica, auxílio aos setores da economia e aos trabalhadores, suporte aos alunos e professores da rede pública, dentre outras medidas de crucial impacto nesta luta.

Para assegurar a dignidade da pessoa humana às famílias de todos os cantos de nosso Estado, parlamentares e servidores estiveram juntos na arrecadação de 32,5 toneladas de cestas básicas e produtos de higiene. Uma ação solidária que contribuiu para amenizar as dificuldades de tantos irmãos e irmãs cearenses. Além disso, após aprovação de Projeto de Resolução apresentado pela Mesa Diretora, a Assembleia adquiriu mais 30 mil cestas básicas para doar aos 60 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A distribuição foi realizada pela Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), por meio do projeto Mais Nutrição.

Em paralelo às políticas de assistência social, jamais perdemos de vista, a defesa de que somente com a vacinação de todos, poderemos vencer a Covid-19. Por isso, a Casa também criou o Pacto Contra o Coronavírus, reunindo 18 instituições, e que percorreu todas as macrorregiões do Ceará, com a finalidade de reforçar o cadastro de vacinação de toda a população cearense e, assim, evitar retrocessos no controle da pandemia.

Com mais de 60% do povo cearense já imunizado, vislumbramos à frente um retorno aos melhores dias. E é fundamental que estejamos focados, dentre outros aspectos, na retomada do desenvolvimento econômico do Estado, com estímulos ao setor produtivo e geração de emprego e renda. Neste sentido, aprovamos a mensagem do Poder Executivo que criou o Mais Empregos Ceará, programa que vai criar 20 mil novos postos de trabalho, com o governo pagando metade do salário mínimo vigente, por até seis meses, a novos trabalhadores de empresas formalizadas.

Nesta reta final de 2021, lançamos ainda o Move CE, iniciativa deste Parlamento em parceria com a plataforma

TrendsCE, que promoverá diálogos e articulações que visam fortalecer a economia cearense e contribuir para a retomada do crescimento e gerar os almejados empregos para os cearenses. O projeto ouvirá representantes do setor produtivo das 14 macrorregiões do Estado, com realização de diagnósticos e apontamento de soluções que garantam um ambiente propício ao desenvolvimento econômico em território estadual.

A estrutura de serviços da Assembleia Legislativa também tem crescido e se modernizado para atender de forma mais completa as comunidades cearenses. Ampliamos o Departamento de Saúde e Assistência Social, com a inauguração do Núcleo de Saúde Mental e do Comitê de Responsabilidade Social, com atividades que promovem o bem-estar e o cuidado com a saúde para as comunidades.

Neste momento de pandemia, o crescimento nos índices de violência contra mulheres, também nos chamou para o caráter prioritário de darmos atenção às vítimas. A Procuradoria Especial da Mulher teve seu papel fortalecido e ampliado, em que tem cumprido a sua missão de acolher e zelar pela recuperação de vidas que foram alvo de agressões físicas e psicológicas. Bem como, tem reforçado sua atuação em diversas frentes no interior do Estado, onde era mais difícil o acesso a esses serviços.

A Assembleia Legislativa do Ceará não parou. Nos momentos de maiores adversidades, intensificou o exercício de suas funções. Avançou em planejamento estratégico, capacitação e valorização de seus servidores, no engajamento de programas e ações sociais, sempre respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Social.

Para o próximo ano, temos um vasto mundo de desafios. Estamos prontos para enfrentar com competência cada um deles, pois nos fortalecemos na base da união, do diálogo e do compromisso público.

Somos cientes do nosso dever e o cumprimos diariamente.

O VOTO CIDADÃO NOS TORNA IGUAIS NAS ELEIÇÕES

Deputado Estadual Fernando Hugo

Em 2022, o povo brasileiro, eleitores em especial, estará outra vez diante das urnas para exercer, de forma plena e através do voto, a soberania popular: o instituto fundamental da democracia brasileira, insculpido na Constituição da República Federativa do Brasil.

É obvio e lógico, que o voto é o maior de todos e o mais forte brado de democracia que um cidadão pode ter. É pelo voto e pelas eleições, que cada um de nós brasileiros e brasileiras escolheremos os nossos representantes, os nossos eleitos, que se postarão a defender o Parlamento na democracia maior que ele exhibe e, conseqüentemente, fiscalizar e legislar nas Assembleias e no Congresso Nacional.

De igual modo, elegeremos os nossos representantes no Poder Executivo, que são: o presidente, o vice-presidente e os governadores, nossos administradores.

Não podemos deixar de mencionar os representantes municipais: prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, que no tempo hábil e adequado serão eleitos por nós.

Desta forma, estimado eleitor, cidadão de bem, gente pátria e nacionalistamente falando, amante do Brasil, valorize ao máximo que puder o seu voto. Não o venda, não o troque por qualquer tipo de benefício passageiro e temporário.

Exerça seu direito fundamental de forma livre e consciente!

Na era das redes sociais, do acesso universal e na medida do possível, da inclusão de todos à informação e ao conteúdo digital (**os quais, confesso também ser adepto**), busque conteúdos construtivos, produzidos por pessoas sérias e confiáveis, comprometidas com a lisura das eleições, com o Estado Democrático de Direito e o bem-estar de toda a população brasileira.

Não cedam aos mal-intencionados fenômenos da internet, influenciadores digitais que almejam alçar voo nas eleições vindouras, atuantes no cenário nacional em um habitat vasto e povoado por seres "inumanos" e "inorgânicos", as redes sociais.

Referidas figuras digitais se destacam, na sua maioria, produzindo e replicando Fake News, polêmicas, nemes da internet e dancinhas engraçadas. Essa "sabedoria de redes sociais" nada tem a acrescentar à vida política local, regional e nacional, causa apenas confusão e desinformação.

Portanto, sou firme no pensar soberano de que são nas eleições, através do voto livre, individual e consciente, que todos nos tornamos iguais: o preto, o branco, o pobre, o rico, o crente, o ateu, o mameluco e o índio. Enfim, o voto cidadão e individualmente feito, é isonomicamente a maior manifestação de civismo que podemos ter.

OLHAR AS CRIANÇAS VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO

Deputado Estadual Fernando Santana

Crimes de feminicídio, regularmente tomam conta dos noticiários cearenses. Um em especial, trouxe muita tristeza. Pela dor causada e detalhada em mais uma reportagem, porém, principalmente por ter acontecido na minha região de berço, o Cariri – terra da cultura, da alegria, não da violência. Em 2020, 47 mulheres foram vítimas desse crime no nosso Estado. É uma realidade inaceitável, mas é a nossa realidade, construída ao longo de várias décadas. E já passou da hora do poder público atuar incansavelmente contra essas barbáries.

Na Assembleia Legislativa, atualmente, tramitam 14 projetos que abordam o tema feminicídio ou violência contra a mulher. Ela é a principal vítima do crime, mas as consequências desse ato permeiam a vida de muitas pessoas, especialmente dos filhos dessas mulheres que serão marcadas para sempre.

Neste caso ao qual me referi, o casal tinha dois filhos, uma menina de 3 anos e um adolescente de 13. Ficaram sem

mãe e sem pai (uma vez que este cometera suicídio, após realizar disparo de arma de fogo contra a mulher). Que consequências este ato pode ter na vida dessas crianças que ficarão aqui, sabendo que seu futuro foi desfeito pelo próprio pai e serão criadas na ausência da mãe? São dolorosas e irreversíveis consequências.

Os filhos também são vítimas. Não se pode ignorar o grave abalo psicológico que sofrem os órfãos que perderam suas mães assassinadas por maridos, companheiros e namorados. Cabe ao Estado à adoção de políticas públicas de saúde, por isso entramos com um projeto de indicação de lei, solicitando a criação do Programa Estadual de Apoio Psicólogo para crianças e adolescentes filhos de mães vítimas do feminicídio.

O objetivo é minimizar os danos psicológicos decorrentes desse crime bárbaro, dessa tragédia social na vida de crianças, adolescentes e jovens, especialmente no seio de famílias que não dispõem de recursos financeiros suficientes para contratar profissionais particulares. Lutamos todos os dias para não perder mais vidas nesta e em muitas outras violências, mas, também devemos lutar pelas vidas dos que ficam e que precisam de nós.

Homens, mulheres, com ou sem cargos públicos, de todas as classes sociais precisam dar atenção a essa triste realidade. Porque quando falamos sobre as crianças, estamos falando sobre futuro. E é melhor cuidar do futuro que remediar o presente.

A NOVA POLÍTICA E NOVA SOCIEDADE

Deputado Estadual Gelson Ferraz

É notório e não há grandes dificuldades de se reconhecer: vivemos tempos diferentes.

Se olharmos para o mercado – provavelmente o mais competitivo desde a Revolução Industrial – veremos, por exemplo, marcas tradicionais serem suplantadas pelas chamadas *startups*, empresas que, muitas vezes, estão mais presentes em ambientes virtuais, em forma de aplicativo, do que ocupando grandes quarteirões ou andares de algum prédio corporativo.

Mudanças assim, e suas consequências, não ficam restritas apenas aos campos mercadológicos e de consumo. A globalização transformou o mundo numa aldeia onde tudo e todos recebem influências quotidianas de decisões tomada no Ceará, em São Paulo ou Nova York. Estamos num grande e único barco.

E a política?

E os políticos?

Bem, naquilo que a nós é confiado, ou seja, a representação de nosso povo, os desafios não são menores. A reverberação de toda sociedade, cedo ou tarde – mais cedo do que tarde – chega às Casas Legislativas, ambientes por excelência para escutar os sons que vêm do dia a dia do cidadão.

E o que diz a sociedade?

A sociedade moderna fala de muitas coisas. Poderíamos listá-las em incontáveis páginas, mas podemos, também, apontar as mais urgentes. Para isso, precisamos desenvolver certas habilidades e, depois de desenvolvê-las, torná-las hábitos. Arrisco-me a identificar uma destas habilidades tão caras à nova política: escutar.

Claro que não me refiro à capacidade perfeita do mecanismo de audição que Deus dotou o homem. Falo de algo que vai além dos sons. A escuta, aqui, é da alma de nosso povo, dos seus anseios, dores e valores. É a habilidade de, através desta escuta, construir políticas em sintonia com o clamor dos que confiam em nós.

É possível que caiamos na tentação de achar que já fazemos isso, ou seja, já escutamos aqueles que nos procuram, nos escrevem e que ligam para nós. Já atendemos tudo e todos. E é justamente aqui que cabe uma reflexão necessária: em meio a tantas tecnologias de comunicação, possivelmente, o que impera em nosso dia a dia são os ruídos e o excesso de estímulos (sonoros e visuais), que acabam, por assim dizer, tirando o foco do que realmente importa.

São muitas as perguntas que nos chegam das ruas, da imprensa, dos eleitores. Temos que saber escutá-las, todas. Mas, isso não significa que o parlamento terá respostas condizentes com a complexidade delas. Significa isso sim, que nós buscaremos as respostas onde estiverem.

E, como legislativo, sabedor de suas responsabilidades, faremos isso junto.

A PANDEMIA E A RETOMADA DA ECONOMIA NO ESTADO DO CEARÁ

Deputado Estadual Gordim Araújo



O mundo foi surpreendido por uma ameaça viral que viria mudar o comportamento da sociedade global, no final do ano de 2019, através de um paciente internado em um hospital em Wuhan, na China, surgiu o primeiro caso confirmado de COVID - 19, a partir daí, a propagação desse vírus pelo planeta ocorreu com uma rapidez assustadora. Sabemos que o contágio se deu por vários fatores, dentre eles, quero destacar o deslocamento do turismo internacional no início da pandemia.

Essa pandemia oriunda do Covid - 19 mudou, drasticamente, o convívio social da população mundial, em que as pessoas passaram a adotar novas práticas de cuidados sanitários, como o uso de máscara e álcool em gel, bem como, maiores cuidado com a higiene, além do isolamento social mais marcante, pois neste momento precisamos manter as normas profiláticas, para continuarmos com a diminuição e queda dos casos de Covid - 19. Neste caso, a vacinação em massa da

população tem sido fundamental para o retorno da vida cotidiana e a normalidade da economia.

No estado do Ceará, várias medidas foram tomadas, cabe aqui destacar o investimento de bilhões na área da saúde, com a ampliação de leitos, o aumento de UTIS, além da aquisição de hospitais, como o Leonardo da Vinci (HELV), o Polo de Crateús, e o hospital de Itapipoca. O desenvolvimento do capete Elmo pela Escola de Saúde Pública do Estado do Ceará (ESP/CE) foi um fato de caráter nacional, que gerou uma grande redução na incubação.

Aos mais carentes, foi realizado o pagamento das contas de luz para milhares de famílias com consumo de até 100kwh, a ampliação do Cartão Mais Infância, a distribuição do Gás Social. O Programa Mais Nutrição, foi consolidado com a doação de toneladas de alimento *in natura*, levando o benefício para as crianças carentes.

Desta forma, o estado do Ceará na ordem econômica, social e política, durante a pandemia fez todo um trabalho de prevenção e combate a Covid 19, além de trabalhar pela recuperação econômica, social, sanitária e política, com a recuperação da rede de serviços, trazendo a normalidade ao povo cearense.

Não podemos deixar de mencionar o setor educacional, muito prejudicado pela pandemia, nossos alunos enfrentaram grandes dificuldades para assistirem as aulas online, por não terem acesso às tecnologias necessárias, nosso Governador querendo minimizar a problemática, distribuiu milhares de tablets aos nossos estudantes.

Graças ao empenho do governador e a colaboração do povo cearense, que acatou todas as recomendações das autoridades, contribuindo assim, para diminuir o contágio desse vírus, e termos condições de retomar as nossas atividades.

O PERIGO DO DISCURSO CONTRA A VACINA

Deputado Estadual Guilherme Landim

Há quase um ano e seis meses, o povo cearense vive sob decreto de isolamento social e, assim como no restante do mundo, deposita esperanças nas vacinas contra a Covid-19. No entanto, desinformação, fake news e batalhas ideológicas podem colocar em risco a eficácia da imunização.

Segundo informações do Datafolha, no fim de 2020, 9% da população brasileira - cerca de 19 milhões de pessoas - afirmaram que não tomariam a vacina para conter a doença. Ao fim de julho de 2021, a adesão cresceu: nova pesquisa realizada pelo instituto mostra que 94% da população é favorável à imunização, sendo 56% dos entrevistados vacinados, ao menos parcialmente, e 38% que pretendem receber o imunizante. Apenas 5% afirmam que não receberam nem pretendem tomar vacina.

A recusa em aderir à vacinação, seguida da campanha desinformativa a respeito da origem e efeitos colaterais dos imunizantes, aponta para uma direção arriscada e já conhecida: o movimento antivacina, entendido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como um dos dez maiores riscos à saúde global, já que ameaça reverter o progresso alcançado no controle e erradicação de doenças graves, tanto as já existentes, quanto as recém descobertas. A baixa cobertura vacinal diminui ou anula a efetividade profilática para a população, e esse panorama pode acontecer caso uma parcela de pessoas decida pela não imunização.

Em 2019, o governo do Ceará sancionou a Lei 36/19, oriunda de um projeto de lei de nossa autoria, que tornou obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula em todas as instituições de ensino no Estado. Mas de que vale estarmos aqui preocupados, criando leis, se o governo federal, que deveria ser o ente mais interessado, faz o contrário e desacredita o trabalho de cientistas e profissionais da saúde?

É inadmissível deixar que querelas políticas e teorias medievais, atrapalhem de qualquer forma, a possibilidade de controle da pandemia que já tirou a vida de quase 600 mil brasileiros. As vacinas disponíveis são fruto de um trabalho sério e exaustivo de milhares de cientistas. Graças a esse esforço podemos nos proteger de quadros graves de infecção pelo novo coronavírus, resguardando a nossa vida e de toda a sociedade.

Questionar a eficácia ou recusar-se a tomar vacina com base em informações infundadas é expor a si e a todos ao perigo de um vírus mortal. Com informação, seriedade e acreditando na Ciência, é que podemos vislumbrar uma saída para essa crise que já nos custou tanto.

O CEARÁ E A RESISTÊNCIA DA CULTURA

Deputado Estadual Guilherme Sampaio³

Em tempos de graves retrocessos na política cultural, da extinção do Ministério da Cultura, da implantação do teto de gastos e seus reflexos na redução de recursos orçamentários, e do retorno da censura, por parte do governo federal, os esforços e investimentos do governo do Ceará representam um verdadeiro alento e uma expressão da resistência que temos exercido na condição de militantes em defesa da política cultural.

Nesta perspectiva, a Assembleia Legislativa do Ceará tomou importante decisão ao constituir uma Frente Parlamentar em Defesa da Cultura, a qual presido com honra. Composta por treze deputados e deputadas, a Frente tem como objetivo fortalecer a interlocução com artistas, produtores e gestores culturais, subsidiando a política cultural e democratizando os espaços nos quais está constituída.

No âmbito estadual, a política cultural tem evoluído. Nos últimos seis anos, desde quando entreguei à Assembléia o

³ Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Educador, deputado estadual e presidente do PT Fortaleza.

projeto de lei que instituía o Plano Estadual de Cultura, à época na condição de secretário da Cultura do Estado, e ao lado do então ministro Juca Ferreira, passos importantes foram dados em direção ao cumprimento das metas ali estabelecidas. Algumas estão em vias de realização, outras são desafios.

A Secult realizou seu primeiro concurso público, iniciou o processo de desconcentração dos equipamentos culturais na Capital, reivindicação antiga dos artistas e produtores dos demais municípios, e anunciou novos investimentos. Em breve, discutiremos, no Legislativo, o Plano de Carreiras da categoria.

Mais do que isso, após ampliar radicalmente o orçamento destinado ao setor, o governador Camilo Santana enviará, nos próximos meses, a nova Lei da Cultura, uma nova política de fomento que ampliará e democratizará o acesso aos recursos, simplificando as formas pelas quais artistas e produtores podem ser apoiados em seus projetos e viabilizará novas fontes de financiamento.

Do ponto de vista circunstancial, celebremos esses importantes avanços. Já em perspectiva histórica, reafirmemos que ainda temos muito a caminhar para termos a política cultural como eixo estratégico de desenvolvimento econômico e da cidadania do nosso povo. Sob a liderança do secretário Fabiano Piúba e do governador Camilo, foi possível seguirmos na contramão de Bolsonaro.

Mas, é preciso seguir resistindo e fortalecendo a política cultural com investimentos estratégicos, mesmo diante da pandemia e da crise econômica, que desestruturaram fortemente o setor. Manteremos a mobilização social em torno do aprofundamento dessas políticas e denunciando os retrocessos testemunhados em nível federal.

PARA RESPEITAR A ESCOLHA DO ELEITOR

Deputado Estadual Heitor Férrer

Na legislatura de 2021, tentei conseguir sem sucesso, assinaturas dos meus colegas deputados da Assembleia Legislativa do Ceará, consoante exigência regimental, para protocolar Emenda à Constituição do Estado, dispondo que fica proibido ao parlamentar licenciar-se do mandato que o povo lhe conferiu para assumir cargo executivo na administração do Estado em qualquer nível. Partimos da constatação objetiva de que aquele laureado, com a representação que lhe foi concedida pelas mãos do povo, dela não deve dispor para uso desviante da função parlamentar.

Sabemos que os sistemas de representação proporcional adotados nas legislações eleitorais modernas, representam o esforço da democracia na conquista da distribuição equitativa do voto. Não foram imaginados de um dia para outro. Veio surgindo pouco a pouco na luta pelo aperfeiçoamento do sufrágio universal nos países de intensa vibração popular. O voto constitui, portanto, a chancela da vontade do povo em relação àqueles escolhidos para a representação política,

por intermédio de partidos, sobretudo, no Parlamento, que expressem a vontade do que escolhe para o cumprimento de um desiderato em pacto previamente estabelecido entre votante e votado. Daí é que a representação política se reveste de uma característica de sacralidade, uma vez que o escolhido está a representar uma comunidade em seu conjunto material e espiritual, e não apenas interesses fortuitos exclusivistas ou expressões de influências transitórias alheias ao compromisso formulado publicamente antes da escolha.

A escolha do representante não pode ser apenas um rito de passagem em que o objeto almejado, alcançado pelo voto mediante promessa, seja posteriormente descartado por qualquer motivo. Representação não pode ser confundida com mistificação. E todo aquele que eleito para um determinado cargo, em especial, parlamentar, abandone-o logo depois levado por algum canto sereia, está a mistificar, a desabonar a escolha, a trair aquele que o escolheu. A representação parlamentar, portanto, não pode jamais ser vilipendiada em troca ainda que por um tesouro fabuloso, posto que se trate do bem maior da democracia representativa. Olvidar essa constatação histórica é tripudiar sobre a sacralidade do voto e da escolha feita livremente em razão de um compromisso do escolhido.

Não há seres humanos perfeitos; conseqüentemente, não há instituições perfeitas. Há, porém, a consciência de que determinados princípios e parâmetros devem ser inegociáveis, pois assim, as instituições serão fortalecidas e, por extensão, o regime democrático que tanto prezamos. O caso da representação política como cumprimento de inarredável dever assumido perante o povo, insere-se como dogma no exercício da atividade parlamentar. Aquele que se elege para exercer a deputância não deve jamais colocá-la em segundo plano na sua trajetória como pessoa pública, decidida a observar o compromisso assumido com quem o escolheu para tal. Deixar o mandato parlamentar para exercer qualquer outro cargo no período mandatorial, é conspurcar a confiança do eleitor, é

desrespeitar o ato da escolha livre e espontânea, é empobrecer a representação popular, é agredir a democracia.

O voto, com efeito, é propriedade do povo que o delega. Não pertence ao votado, não ao partido político de feição ideológica qualquer que seja. Mas, ao votante, pensamento bem expresso por José de Alencar, o romancista admirável e o político equilibrado: "O voto é o elemento da soberania; a representação e o meio de concentrar a vontade nacional para organização do poder público. Os princípios que regulam essa personalidade política são imutáveis como as da personalidade civil; pertencem aos conservadores como aos liberais dos países representativos: não são propriedade de um partido com exclusão de outro, mas propriedade do povo que os conquistou pela civilização." Eis a imutabilidade da concessão que defendemos. O eleito para o Parlamento não deve jamais – repitamos à sociedade - trair o eleitor que o escolheu para vê-lo falar, fiscalizar e legislar, permutando essa representação por cargos em outro Poder.

BANCO DE IDEIAS LEGISLATIVAS E A APROXIMAÇÃO DO POVO COM O PARLAMENTO

Deputado Estadual Leonardo Araújo

Constantemente, vemos em jornais ou mídias sociais que a população, principalmente os mais jovens, está se evadindo da política. Fato esse, comprovado nas últimas eleições presidenciais em que a taxa de votos brancos, nulos e abstenções foi considerada recorde.

Alinhamos tal conceito com as demais pesquisas realizadas por órgãos especializados, tais como, IBGE, Data Folha, e outros, onde a população responde que não se sente representada pelos parlamentares e presidentes disponíveis para voto.

O Parlamento deve ser entendido como uma das principais formas de aproximação do povo para com seus governantes, haja vista que todos que estão lá foram diretamente incumbidos na missão de prestar serviços ao povo, tendo como

princípios norteadores, segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, a supremacia e indisponibilidade do interesse público.

Portanto, visando aproximar ainda mais o povo do Parlamento, propusemos a criação do banco de ideias legislativas, por meio do Projeto de Lei nº. 202/2021. Através de um sistema a ser implementado na Assembleia Legislativa do Ceará, o povo poderá, pessoalmente, inserir a sua própria sugestão, desde que respeitados certos limites, não podendo propor matérias diametralmente opostas aos princípios constitucionais, ou materiais que sejam de competências exclusivas de outros poderes ou instituições.

De acordo com esse projeto, o povo poderá ter contato mais direto com o Parlamento e com o processo legislativo, e indicar mais claramente os rumos que desejam que a política siga, e quais pontos devem ter mais atenção por parte do poder público.

Ressaltamos, que a presente proposta já é replicada em várias Casas Legislativas de outros Estados, tanto no âmbito estadual, quanto federal. O Congresso Nacional, por exemplo, possui um sítio digital, em que as pessoas podem opinar, compartilhar ideias e votar sobre os mais variados temas, visando fomentar o debate público. Assim, pretendemos aproximar parlamentar e cidadão, uma vez que este é o mais interessado nos rumos da política brasileira.

DIREITO A LEGÍTIMA DEFESA

Deputado Estadual Manoel Duca

Por primeiro, é necessário deixar claro que a meu entender e de milhões de brasileiros, a posse e o porte de arma de fogo constitui direito inalienável, exatamente porque diz respeito à preservação da vida daquele que porta a arma. Disseminou-se uma falácia sobre o uso de arma de fogo, qual seja a de que quem deseja portar uma arma é intrinsecamente violento e vai sair por aí atirando a torto e a direito. Isto não passa de uma narrativa falaciosa, desmoralizada pelos fatos em todo lugar do planeta onde as armas são comercializadas legalmente pelos cidadãos.

Essa narrativa é uma proposital distorção do objetivo primordial. Quem porta uma arma, o faz para em hipótese de agressão contra sua pessoa, ter à mão um instrumento de legítima defesa. O argumento contrário, de frágil sustentação, adota a ideia de que todo aquele que usa uma arma de fogo constitui um perigo para a sociedade, como se as pessoas fossem sair por aí agredindo seus semelhantes. Com efeito, nas sociedades como a norte-americana, em que as pessoas têm amplo direito de portar armas de fogo, o índice de violência é bem menor do que no Brasil, cujas restrições ainda são imensas, apesar dos decretos de fle-

xibilização editados no governo do presidente Bolsonaro. Vale lembrar, a diferença entre posse e porte de arma. Segundo a legislação vigente no Brasil, a posse de arma possibilita comprar e registrar um armamento, que pode ser mantido em residência ou local de trabalho do proprietário da arma (apenas se ele for responsável legal pelo estabelecimento). A posse segue a lógica do direito de legítima defesa: a ideia é que o cidadão possa optar por ter uma arma em casa para proteção. Quanto ao porte de arma, trata-se do direito que oferece uma garantia a mais, concedendo aos seus proprietários a possibilidade de andar armado em qualquer lugar. Ou seja, o proprietário tem a possibilidade de transitar com a arma em ambientes para além da residência ou local de trabalho.

O Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de dezembro de 2003), define a regulamentação da posse e o porte de armas e, como o próprio nome indica, tem o intuito de coibir o uso de armamentos no território nacional. Para isso, "a Lei determina que o direito de posse seja restrito àqueles que puderem comprovar necessidade dela". O Artigo 6º da Lei, estabelece a proibição do porte de arma em todo o território nacional, salvo casos específicos. Exemplo de exceção são os profissionais que necessitam de armamentos para o exercício de suas funções: agentes de segurança pública, membros das Forças Armadas ou funcionários de empresas privadas de segurança. Com efeito, o Estatuto do Desarmamento foi um artifício legislativo chancelado pelo governo esquerdista da época e mantido, apesar de se contrapor à vontade da população que em processo de referendo definiu que gostaria de ver uma legislação mais flexível em relação ao porte e posse de arma de fogo.

Lembremo-nos que, o resultado do referendo sobre a "proibição e comercialização de armas de fogo e munições", realizado a 23 de outubro de 2005, desaprovou a redação do Artigo 35 do Estatuto. Ali, estava determinado: "Art. 35 - É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo o território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei". Em face da gravidade da proposta e da

polêmica que ela gerou durante o processo legislativo para a aprovação do Estatuto, ficou determinada pela própria lei que haveria o referendo, cuja realização foi estipulada pelo Senado Federal em Decreto Legislativo de número 780 (7 julho de 2005), que no artigo 2º, definia a realização da consulta popular contendo o seguinte questionamento, "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?". Para a escolha dos eleitores estavam as respostas SIM ou NÃO, com opção também pelo voto em branco ou pelo voto nulo. A população votante rejeitou a redação que tolhia a liberdade de adquirir armas de fogo e munição, tendo sido computados 59.109.265 (cinquenta e nove milhões, cento e nove mil e duzentos e sessenta e cinco votos) contrária à proposta. Ou seja, 63,94% votaram NÃO. Favoráveis à restrição foram computados 33.333.045 (trinta e três milhões, trezentos e trinta e três mil e quarenta e cinco votos). Ou seja, 36,06% dos votantes. É importante ressaltar, que no país mais bem resolvido em relação à política, o social e economia do planeta, os Estados Unidos da América, o uso de armas é um direito constitucional arrimado na tradição histórica daquela nação. A segunda Emenda à Constituição assegura a qualquer cidadão a posse e porte de arma de fogo, sendo que para adquiri-la basta, apenas, uma checagem sobre possíveis antecedentes criminais. Em 45 dos 50 Estados da Confederação norte-americana é totalmente normal, e porte legal, exibir arma de cano curto em público. Ainda assim, com toda essa liberdade, é importante insistirmos no fato de que o índice de violência com arma de fogo nos EUA é bem menor do que no Brasil.

Essa constatação é fácil de explicar. No Brasil uma legislação esdrúxula e inconsequente proíbe ao cidadão um instrumento para a sua sagrada autodefesa, para a defesa de sua vida em hipótese de agressão, enquanto o bandido que não adquire arma, legalmente, tem a seu favor uma legislação frouxa e impeditiva da ação rigorosa dos órgãos policiais e de qualquer magistrado. É bem ao contrário do que ocorre no ordenamento jurídico norte-americano, onde o cidadão merece todas as garantias, enquanto a lei é dura com os criminosos.

POLÍTICA SOBRE DROGAS – UM TRABALHO INTERSETORIAL

Deputado Estadual Marcos Sobreira

Nos dias atuais, o uso abusivo das substâncias psicoativas constitui um dos mais importantes problemas de saúde pública mundial. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo, consomem abusivamente substâncias psicoativas, independentemente da idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. Salvo variações sem repercussão epidemiológica significativa, esta realidade encontra equivalência em território brasileiro.

O Brasil é o segundo maior consumidor de cocaína e derivados, segundo o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (II LENAD / 2012). O estudo mostra que o país responde, hoje, por 20% do mercado mundial da droga e que mais de

seis milhões de brasileiros (4% da população adulta), já experimentaram cocaína ou derivados ao longo da vida.

A complexidade da temática nos leva a pensar em uma proposta pautada na integração de ações, objetivos e esforços das mais diversas áreas (saúde, educação, assistência, esporte, cultura, segurança pública, associações, organizações da sociedade civil, entidades religiosas, entre outros), em busca de um trabalho coletivo, entendendo a importância de cada um em prol de um objetivo em comum, trazendo inúmeros benefícios para a população em geral que passa a dispor de um leque maior de ações, atividades e projetos ofertados em seu território.

Nesse contexto, a Assembleia Legislativa tem trabalhado em busca de contribuir com o fortalecimento dessas ações intersetoriais. Recentemente, aprovamos a criação do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CEPOD), vinculado à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). O papel dos conselhos e órgãos paritários vai muito além do monitoramento e fiscalização. Os conselhos garantem a integração de representantes governamentais e da sociedade civil na execução das políticas, promovendo um debate democrático, aproximando as atividades executadas do público beneficiado, de forma a transformar realidades e cenários em busca de garantir uma maior efetividade das ações propostas. Os conselhos são a representação da democracia e são fundamentais na execução das políticas públicas dentre elas, a política sobre drogas.

O CEARÁ E O MARCO LEGAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Deputado Estadual Moisés Braz



Brasil viveu, a partir da primeira eleição de Lula em 2002, um ciclo de prosperidade e inclusão social nunca antes visto. Cerca de 36 milhões da população, deixaram a extrema pobreza. Até seis anos atrás, éramos referência mundial em redução de desigualdade.

Mas veio o golpe de 2016, e com ele o retrocesso total. A desigualdade voltou a subir com Temer (<https://bit.ly/3ct-VK7D>). Para completar, a pandemia e a inépcia bolsonarista mergulharam o país, novamente, no caos social.

Não sem razão, Bolsonaro e Temer aprofundaram as bases da desigualdade ao patrocinar a destruição de políticas públicas. Extinção do MDA, dos conselhos nacionais de políticas públicas, desmonte de políticas de assistência social, PEC do

Teto de Gastos, fim do Bolsa Família, reformas trabalhista e da previdenciária, são alguns exemplos da institucionalização de um Estado que optou por abandonar os pobres à própria sorte.

O resultado está aí. Mais de meio milhão de mortos pela Covid, desemprego na casa dos 14 milhões, inflação de dois dígitos, combustíveis e energia em alta, 116 milhões em insegurança alimentar - sendo 19 milhões na miséria passando fome -, meio ambiente destruído, entre outras chagas. Grande parte dessa tragédia está nas zonas rurais dos municípios, em especial, do Norte e Nordeste, as regiões mais pobres, entre elas o Ceará.

Quando fui eleito em 2014, minha missão era clara: defender os/as trabalhadores/as, principalmente os da agricultura familiar cearense. Um contingente de mais de 1,1 milhão de pessoas, historicamente relegadas ao ostracismo social, que haviam experimentado o gosto da inclusão nos últimos governos, e que após 2016, passaram a enfrentar o abandono por parte do poder central.

Diante disso, estabeleci que meu mandato fosse de dedicar-me à construção de um marco legal da agricultura familiar, um conjunto de políticas de Estado com foco em terra, água, assistência técnica, crédito, comercialização e a preocupação com o viés da sustentabilidade. O papel dessas políticas é o de estabelecer o setor como prioritário para o desenvolvimento de programas, a formação dos profissionais e a formulação de políticas públicas direcionadas ao segmento.

Dada à sensibilidade de Camilo Santana, o governo do Estado tem acatado os projetos de indicação apresentados pelo meu mandato. Hoje, já viraram lei a Política Estadual de Estímulo à Formação de Bancos Comunitários de Semente Crioulas e Mudas, a de Fomento ao Cooperativismo e a do Programa de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola (EFA). Lutamos, ainda, para aprovar as políticas estaduais de

Assistência Técnica, de Agricultura Urbana, de Agroecologia, de Convivência com o Semiárido e de Agroindústria.

Para além dos nossos projetos, o governo do Ceará também transformou em políticas de Estado, o Hora de Plantar e a Regularização Fundiária, entre outras iniciativas importantes. Com esse status, elas passam a não depender mais da vontade política dos governantes que virão.

O investimento na estruturação destas políticas pode ajudar o Ceará a superar o subdesenvolvimento, com redistribuição de renda e redução da pobreza que atinge grande parte da sua população. Com o Marco Legal estabelecido, o Estado constrói base sólida para fortalecer ainda mais a Agricultura Familiar. Temos avançado bastante, mas muito ainda há de ser feito para atingirmos a justiça social. E ela passa por um Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

CAMINHO DA POLÍTICA

Deputado Estadual Nelinho



deputado estadual Rondinelle Pereira de Freitas, popularmente conhecido por Nelinho Freitas (PSDB), filho de Raimundo Cordeiro de Freitas e de Rosete Campos Pereira, nasceu no dia 07 de março de 1983, no município de Russas, interior do Ceará. Ainda na adolescência, motivado pelos negócios da família no Cariri, radicou-se nas terras do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte, onde residiu por mais de 20 anos.

Graduado em administração de empresas, partícipe ativo nos negócios da família no ramo funerário. Posteriormente, passou a administrar seus próprios empreendimentos na área da construção civil.

Sensibilizado com as causas sociais, fundou o Instituto João de Freitas – INJOF, para beneficiar famílias em situação de vulnerabilidade social. Através da Lei Municipal nº 4.367/2017, o INJOF foi reconhecido e declarado como instituição assistencial, recreativa e educacional, sem fins lucrativos, pela Câmara de Juazeiro do Norte. Também foi condecorado com o selo de reconhecimento como unidade filantrópica pela Secretaria Municipal de Assistência Social daquele município.

A participação em causas sociais o fez despontar, naturalmente, como uma jovem liderança política, sendo eleito para o seu primeiro mandato na 30ª Legislatura (2019–2022) da Assembleia Legislativa do Ceará, em que obteve no pleito eleitoral 42.779 votos, com votação em 152 municípios do Estado, com os maiores índices de sufrágios nas regiões do Cariri (15.527) e do Vale do Jaguaribe (15.838).

Nelinho é Presidente da Comissão de Indústria, Comércio, Turismo e Serviço da Assembleia Legislativa do Ceará, eleito por unanimidade por seus pares. Na comissão, o jovem parlamentar atua em ações para promover o diálogo e construir debate sobre pautas que venham ao encontro das necessidades de cada setor.

O parlamentar tem como foco de atuação, a interiorização dos investimentos e ações do governo do Estado. Nessa perspectiva, objetiva fortalecer ações voltadas à melhoria das cidades cearenses, principalmente, na promoção da defesa da saúde daqueles menos favorecidos. Desde cedo, esteve envolvido no cenário da administração pública, devido à herança política de seu pai, Raimundo Cordeiro de Freitas, mais conhecido por Raimundinho, ex-prefeito do município de Russas (2005a 2012).

Nelinho foi casado e, dessa união, nasceu João Felipe Batista de Freitas, em 28 de março de 2014.

A ESPERANÇA QUE RENASCE A CADA VACINA APLICADA

Deputado Estadual Nizo Costa

Atravessamos sem dúvida nenhuma, o período mais obscuro da humanidade com a chegada do novo coronavírus, em março de 2020. Reclusão, avanço do contágio, medo do desconhecido, foram tantos sentimentos em um período curto de tempo. As pessoas acostumadas a viver em sociedade desde o início do mundo tiveram que se adaptar ao isolamento social e a uma nova rotina.

Foi um período difícil, muitas perdas, angústias, a doença chegou e levou conhecidos, desconhecidos, personalidades. Os números aumentavam e em todos os cantos do Estado, do país e do mundo, o sentimento de tristeza era presente. A alegria tão constante na vida dos brasileiros foi dando espaço ao medo e ao luto.

Em 17 de janeiro de 2020, a primeira brasileira foi vacina contra o coronavírus após a aprovação, pela Anvisa, do uso

emergencial de dois imunizantes: a Coronavac, do laboratório chinês Sinovac em colaboração com o Instituto Butantan, e o da Astrazeneca/Universidade de Oxford, elaborada em conjunto com a Fundação Oswaldo Cruz.

A partir dali o sentimento de esperança nasceu em cada brasileiro que acreditou na ciência e no Sistema Único de Saúde (SUS), para ter de volta à vida normal. A vacinação no Brasil não é apenas um ato de saúde pública e, sim, de sobrevivência e resistência em tempos de negação da realidade, em tempos de Fake News e da desinformação.

Com o advento das vacinas, doenças que matavam milhares de pessoas até a metade do século passado, tiveram uma drástica redução. A desconfiança sobre a eficiência da vacina já foi debatida à exaustão no início do século XX no Brasil, no entanto, o tempo comprovou que as vacinas são e sempre foram fundamentais para a redução de mortes e doenças.

A cada brasileiro imunizado uma foto, uma vitória, um choro por aqueles que não conseguiram sequer receber uma dose do imunizante, sentimento de emoção e esperança que renasce para que ninguém mais deixe de viver por causa dessa doença.

A vacinação avança em nosso Estado, como esforço do poder público, liderado por um governo que valoriza os profissionais de saúde, que trabalhou incansavelmente para atender as pessoas no pior período da história e um Legislativo comprometido a votar e trazer vacinas para a população. Se pudéssemos ter "sorte" em algo, em um período tão difícil, teríamos a sorte de termos o governador Camilo Santana trabalhando e buscando alternativas para salvar vidas.

Então, comemorar o avanço da vacinação, também é comemorar dias melhores que virão quando tudo isso passar. Comemorar a vacinação não é apenas algo simbólico, é um ato extremo de valorização aos profissionais de saúde, em solidariedade às famílias enlutadas, em celebração pela sobrevivência dos que ficaram e de esperança novinha em folha. Que venham os novos dias! Que a Ciência e o SUS sejam daqui para frente, mais valorizados e que estejamos atentos!

DESENVOLVIMENTO LOCAL & REGIONAL

Deputado Estadual Oriel Nunes Filho

As regiões Centro-Sul e Vale do Salgado, enfrentam desafios comuns que têm de ser encarados com unidade e estratégias conjuntas. As principais questões estão contempladas no Plano Plurianual do Estado com eixos, como: gestão pública para resultados, participação cidadã, promoção do desenvolvimento territorial equilibrado, e Intersetorialidade. O maior dos desafios para o desenvolvimento geral passa pela implantação de políticas públicas articuladas, trazendo ganhos para a população em nível social e educacional. Diante disso, faz-se necessário promover uma reflexão estratégica sobre o futuro desejado para o estado do Ceará, a partir de uma perspectiva regionalizada, possibilitando à população representante e conhecedora da realidade de sua região, formular os resultados esperados em diversas dimensões, dentre as quais: social, econômica, ambiental e territorial. O vasto território onde estão inseridos municípios importantes como Icó e Iguatu, ca-

rece de ações de curto, longo e médio prazo que promovam o desenvolvimento com inclusão, e ajudem a manter as pessoas em seu lugar de origem. Avançar na qualificação profissional, considerando a grande quantidade de jovens que temos é uma das principais diretrizes do nosso mandato. Desde o começo de minha atuação na vida pública, trabalho para garantir a implantação de um *campus* universitário em território icoense. Antes mesmo de ser parlamentar, participei de muitas lutas ao lado de homens públicos, como meu irmão Neto Nunes e meu saudoso pai, Oriel Nunes, para garantir a formação em nível superior dos icoenses. Encaro a realização deste sonho como um fim em si mesmo e, provavelmente, a maior das ações públicas, pois possibilitará a formação de mão de obra local e novas perspectivas que podem beneficiar oito municípios. Outra das grandes metas para o desenvolvimento local e regional é a criação de empregos. Com mão de obra mais bem preparada, as duas regiões têm pela frente o grande desafio de atrair novos negócios e oportunidades. Entre os bons exemplos do nosso esforço, destaco a parceria com a Empresa IcoFort, sediada em Fortaleza. Atuante na produção, fabricação e distribuição de ingredientes, rações e produtos agropecuários, a IcoFort tem tudo para incrementar um dos setores mais importantes para a região Vale do Salgado, o agronegócio, com potencial de gerar empregos diretos e indiretos na sede municipal e nos distritos. Com novas ideias e mão de obra qualificada, podemos vencer o desafio de atrair novas empresas, fortalecer as existentes e estimular iniciativas que apostem cada vez mais no desenvolvimento local e regional.

INVESTIR NA EDUCAÇÃO TRANSFORMA VIDAS

Deputado Estadual Queiroz Filho

Sempre acreditei que o conhecimento é capaz de transformar o ser humano e a realidade à sua volta. Por isso, no papel de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, é com muita satisfação que vejo o Ceará como referência para todo o país em resultados na área.

Segundo os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2020, a rede pública cearense superou a meta proposta para o período e alcançou o melhor resultado do país nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano). Além disso, o Estado ficou em terceiro lugar do Brasil nas séries iniciais (1º a 5º ano) e em quarto no Ensino Médio.

Mais de 70% dos municípios cearenses atingiram a média 6, valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável ao dos países desenvolvidos, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A implantação do modelo de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral e do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), implementados pelo ex-governador Cid Gomes e ampliados pelo governador Camilo Santana, não apenas têm trazido brilhantes resultados para os jovens, como servem de inspiração para outros estados e instituições internacionais que avaliam as políticas públicas na área.

É preciso reconhecer a austeridade fiscal e zelo pelo governo do Ceará, de modo que o Estado teve em 2020, o maior percentual de investimentos entre os estados brasileiros pelo sexto ano seguido.

Mesmo em meio à crise instaurada pela pandemia da Covid-19, indo na contramão do que vemos sendo feito pelo governo federal, o Ceará tem prezado pela educação, pelo desenvolvimento, pela geração de emprego e renda. Por causa da paralisação das aulas como medida necessária de prevenção do vírus, medidas foram tomadas visando os nossos estudantes, como aquisição de chips de celular, kits de gravação e tablets para as aulas à distância.

Muito também tem sido feito pela defesa e promoção dos primeiros anos de vida, através do Programa Mais Infância, e destaco a atuação da primeira-dama do Estado, Onélia Leite Santana, por estimular e liderar ações intersetoriais voltadas para as crianças.

Essa atenção, significa que nossos jovens podem ter um futuro melhor, longe dos maus caminhos, construindo um Estado com menos desigualdades sociais. E nosso compromisso é continuar trabalhando para alcançar conquistas ainda melhores, por mais oportunidades, principalmente, para os que mais precisam.

MANDATO INFORMATIVO E PARTICIPATIVO

Deputado Estadual Rafael Branco

“**E**stado é um complexo político, social e jurídico, que envolve a administração de uma sociedade estabelecida em caráter permanente, em um território e dotada de poder autônomo” (NADER, 2014, p. 139). Ainda de acordo com Nader (2014), o Estado tem como elementos, o território, soberania e a população; essa, a quem este artigo se dedicará. Sabemos que a população é um importante e essencial elemento do Estado. À medida que o Estado toma decisões e se organiza para “controlar” a população, através das suas instituições, e entre elas o Direito, ele também se organiza para protegê-la; ou seja, o Estado só existe com o corpo social, com a participação política dos indivíduos. A política e o material jurídico surgem como uma das direções do Estado; a primeira, pensando no bem-estar da coletividade, e a segunda, estruturando normas para garantir segurança, pautada no princípio da justiça para a população.

Entre as fontes do Direito – formas de elaboração –, estão as formais; que são constituídas pela Lei e emanam do Poder Legislativo, que no plano Estadual é exercido pela Assembleia Legislativa – os deputados estaduais. As leis produzidas pelo Poder Legislativo, ou seja, no âmbito Estadual através dos deputados estaduais, precisam conter interesses sociais. Para viver em Estado democrático, é essencial que a participação popular tenha efetividade e, para isso, além de estarem garantidos juridicamente através da Constituição Federal, os políticos devem pautar seus mandatos com uma comunicação presente, junto à comunidade, conhecendo os dilemas e carências dos indivíduos, observando fatos sociais, dialogando com estudos que indiquem realidades e dados antropológicos, preservando a segurança e garantindo educação, conhecimento e direitos da população.

O deputado estadual tem essa grande responsabilidade social no âmbito legislativo. Como representar um povo sem ao menos conhecê-lo? Como entregar “informações” ao Direito Positivo sem conhecer determinada região? E conhecer, leia-se, entender necessidades e características “positivas e negativas”, sendo: geográficas, climáticas, econômicas, culturais, sociais, políticas, turísticas e costumes. O povo quer o quê? Qual a demanda? Qual a falta? O que pode ser melhorado? Como impulsionar determinada região? Como garantir políticas públicas? Como garantir educação? São perguntas que necessitam de respostas e aplicabilidade. Só assim podemos pensar e visualizar um Estado que sua população realmente seja assistida.

CEARÁ, ESPAÇO DE ESPERANÇA NO BRASIL

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

O Brasil é um país surpreendente. Pelos mais diversos motivos. Bons e ruins. Surpresas que nos dão esperança como: o desenvolvimento da vacina cearense contra a COVID desenvolvida na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e que avança nos testes preliminares.

Surpresas que nos roubam o ânimo como: o debate a respeito do voto impresso, no momento em que deveríamos estar falando de *startups*, de criptomoedas, de 5G, de hidrogênio verde, de democracia, de desenvolvimento.

Porém, minha motivação maior neste artigo é falar de esperança, porque em meio à pandemia que deixa em luto centenas de milhares de famílias, o Ceará e o governador Camilo Santana reinauguram a Biblioteca Pública Estadual do Ceará, ofertando para a sociedade o símbolo mais incontestável de uma construção social: o livro.

Além disso, a gestão oferta uma bolsa para 3 mil jovens, a fim de que atuem como monitores, cujo objetivo é fazer uma

busca ativa dos alunos que por diversos motivos tenham abandonado a escola. É preciso muita atenção para essa política pública, que explica em parte os números do sucesso da educação pública cearense.

Três mil alunos recebendo bolsas para trazer colegas de volta às salas de aula. Nós estamos falando de reforçar o protagonismo dos estudantes. Jovem atraindo jovem para a escola. Trazendo engajamento, responsabilidade e uma ajuda monetária para suas famílias.

Esse é o Ceará que não espera acontecer. É o Ceará que vai em busca da realização, a exemplo do *hub* tecnológico que é real. E como toda política pública desenhada por um grande gestor, carrega consigo uma característica fundamental, ser feita para chegar a quem mais precisa.

Estamos colocando as pessoas e, principalmente, os estudantes no centro de um processo civilizatório. Uma construção que mostrou ser possível um dado impressionante: 82 das 100 melhores escolas de um país continental estão em um único Estado, o Ceará.

Nunca mais podemos voltar ao tema da repressão, da força bruta, da intervenção militar, de aventuras sorrateiras ao arrepiado de algo que nos foi tão caro e nos custaram tantas vidas, que foi a construção congressual da Constituição Federal.

A Assembleia Legislativa é o espaço de luta. É no plenário, com erros e acertos, com regras, com leis, que a democracia é cotidianamente feita. Se não dermos respostas no plenário, a sociedade vai achar que a violência é um caminho. E isso não pode ser aceito. Para que não cheguemos a esse ponto, peço temperança e espírito democrático a cada um.

COMPROMISSO COM O SEMIÁRIDO

Deputado Estadual Sérgio Aguiar⁴

Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), órgão da ONU, alerta para a alta de 1,1°C na temperatura global, atingindo, principalmente, o semiárido brasileiro, composto pelos nove estados do Nordeste e pelas regiões nortes de Minas Gerais e do Espírito Santo. O IPCC afirma, que essas condições devem se agravar a partir de 2030, quando o mundo deve atingir um aumento de 1,5°C na sua temperatura média. Para limitar o grau do aquecimento, é preciso que os países reduzam drasticamente as emissões de gases causadores do efeito estufa.

Enquanto isso, trabalhamos para minimizar novas e eventuais adversidades. O semiárido é um tipo de clima típico de regiões que têm precipitação abaixo da evapotranspiração potencial. O Ceará tem 184 municípios e 175 deles (98.7%), passaram a fazer parte do semiárido desde 2018, quando conseguimos a inclusão de mais 25 municípios, que também são

⁴ Advogado, Administrador de Empresas, Economista e presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da ALCE

beneficiados com recursos do Fundo Nacional do Nordeste (FNE) e de ações de políticas públicas para projetos na área de infraestrutura e em investimentos, beneficiando empreendedores nos setores rural, agroindustrial, industrial, turismo, comércio, serviços e nas áreas afins que tenham financiamento do BNB.

Assim, passaram a fazer parte do semiárido a partir de 2018, os municípios de: Acaraú, Amontada, Barroquinha, Beberibe, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cascavel, Cruz, Fortim, Guaiúba, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Moraújo, Morrinhos, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Senador Sá, Trairi, Tururu, Uruoca e Viçosa do Ceará.

Isso fortaleceu a economia regional. São Gonçalo do Amarante, com o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, e Jijoca de Jericoacoara, a partir do novo aeroporto, são dois vetores de desenvolvimento que possibilitam a oportunidade de fortalecer essa luta no sentido de enfrentarmos as adversidades rumo ao desenvolvimento. Outros exemplos são: Camocim, Acaraú, Barroquinha, Beberibe, Granja, Martinópolis..., que se fortaleceram na geração de emprego e renda.

E para coroar a luta, a Sudene decidiu, ainda, beneficiar a educação e os estudantes ganharam um incentivo para ingressarem no ensino superior. Foi mais uma grande luta. Estamos contribuindo para um Ceará mais desenvolvido e socialmente mais justo. Toda luta que beneficia o povo sempre vale a pena.

OS DESAFIOS DA RETOMADA

Deputado Estadual Tin Gomes

Com o avanço da vacinação - mais de 12,2 milhões de doses de já foram aplicadas no Ceará até o momento em que escrevemos esse artigo, o que representa quase 70% da população com o ciclo de imunização contra Covid-19 completo. Com isso, ganhamos a esperança de dias melhores em meio a tanto caos causado pela pandemia. Infelizmente, são mais de 600 mil brasileiros que morreram por conta da doença e jamais poderemos tratar esse número como uma mera estatística. Mas, em meio à dor do luto, precisamos seguir adiante. É preciso olhar para o futuro sempre com a perspectiva de que a situação irá melhorar.

Com esse entendimento, aliado ao avanço da vacinação e a queda de casos, setores da economia estão voltando ao pleno funcionamento. Temos muitos desafios pela frente, e um deles é recuperar o tempo perdido no campo econômico, que interfere diretamente na oferta de emprego e renda para a população.

No campo legislativo em meio à pandemia, seguimos trabalhando. Aprovamos projetos importantes para a sociedade cearense, sobretudo, direcionado para as famílias mais vulneráveis. Dentre os projetos, estão o Vale-Gás Social, auxílio para profissionais dos mais diversos setores, auxílio cesta básica para os mais carentes, isenção do pagamento das taxas de água e energia, dentre outros. Todas essas ações aprovadas pela Assembleia Legislativa com nosso voto favorável são fruto de uma parceria importante junto a projetos do governo do Estado, na liderança do governador Camilo Santana.

Agora, com o retorno das atividades presenciais, o trabalho continua. Nossa missão é levar ao povo cearense melhora na qualidade de vida e seguir avançando em serviços de infraestrutura, educação, segurança e saúde. Novas Areninhas, escolas, estradas qualificadas e bases do RAIIO estão sendo entregues. No campo da saúde, onde o Ceará bateu recorde na abertura de leitos para cuidados específicos em pacientes com Covid-19 evitando o colapso nas unidades, a área seguirá com serviços de excelência, oferecendo os cuidados necessários para quem mais precisar.

Nossos desafios não são poucos. Embora o trabalho e os avanços mesmo na pandemia, não podemos nos dar o direito de parar. Nosso maior propósito é deixar um legado. Legado este, que priorize sempre os que mais precisam de acolhimento e apoio. Legado que vise o crescimento do Ceará, para que o Estado siga como referência para o país. Um legado onde, acima de tudo, nos deixe ainda mais orgulhosos de dizer que somos cearenses.

SALA DO EMPREENDEDOR GERA OPORTUNIDADES PARA EMPREENDEDORES CEARENSES

Deputado Estadual Walter Cavalcante

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará deu um importante passo, no sentido de ampliar as oportunidades para os empreendedores cearenses ao atender nossa proposta, criando por meio de ato normativo, a Sala do Empreendedor, em maio do corrente ano. O equipamento é fundamental, principalmente, para aqueles que atuam na informalidade e ainda desconhecem o processo de legalização de seus negócios.

Instalada na Casa do Povo, a Sala do Empreendedor passa a disponibilizar serviços de atendimento aos potenciais

empresários, especificamente aos microempreendedores individuais, de forma presencial e à distância, em parceria com diversas entidades e órgãos relacionados ao empreendedorismo.

Só para se ter uma ideia da pujança deste setor, as micro e pequenas empresas representam 27% do PIB e geram 54% da massa salarial, segundo dados do SEBRAE. Assim sendo, torna-se notável o papel dessas empresas para a criação de novos postos de trabalho e para o desenvolvimento da economia brasileira.

Na Sala do Empreendedor, os micro e pequenos empreendedores passam a contar com serviços como: formalização, capacitação, consultoria, incentivo ao crédito e fomento às feiras locais e regionais para comercialização de mercadorias, além do atendimento de forma itinerante, alcançando comunidades periféricas.

Implantar ações para a melhoria do ambiente de negócios é também papel do poder público. Ainda há um grande caminho a ser trilhado na redução das desigualdades econômica e social em nosso país, cujo êxito somente será alcançado, através do trabalho e da sua mais justa valorização.

PANDEMIA NO CEARÁ, UM DESAFIO HUMANITÁRIO PARA O PARLAMENTO

Deputado Estadual Renato Roseno

Na noite de domingo, 15 de março de 2020, a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), divulgou uma nota oficial em que anunciava a identificação de três casos positivos de coronavírus (Covid-19), em Fortaleza. Eram dois homens e uma mulher que estiveram em viagem ao exterior nas semanas anteriores. A partir daquela data, o Ceará entrava oficialmente no mapa mundial da pandemia.

Desde então, foram centenas de milhares de casos confirmados e dezenas de milhares de vítimas, na maior crise sanitária dos últimos cem anos e – também o maior desafio humanitário das nossas gerações. Ao longo desse período, nosso mandato atuou no sentido de apresentar e fortalecer iniciati-

vas voltadas à proteção social e às garantias fundamentais da população.

Dirigimos, em particular, um olhar para as pessoas mais vulneráveis no contexto de isolamento social: trabalhadores informais, população em situação de rua, estudantes da rede pública de ensino, artistas, além de categorias profissionais impactadas mais diretamente pela pandemia, como os trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde.

Também atuamos em temas que se relacionaram com os desdobramentos da pandemia: suspensão dos despejos urbanos e rurais, cuidados com a saúde mental, homicídios, situação do sistema prisional, atenção aos órfãos da Covid, transparência dos gastos públicos, criação de memoriais para as vítimas etc. Tudo através de projetos de lei, projetos de indicação, pronunciamentos em plenário, audiências públicas virtuais e presenciais (quando, assim, o quadro epidemiológico permitiu).

Seguimos acompanhando com atenção e prudência a evolução do coronavírus no País e, em especial, no Ceará. Ao mesmo tempo em que cobramos ações e providências de órgãos e instituições públicas, procuramos incidir no debate legislativo com criatividade e sensibilidade em relação às demandas da população. Também denunciemos as violações das medidas de restrição sanitária, caso da visita criminosa de Bolsonaro a Tianguá no fim de fevereiro de 2021.

O Brasil chora suas vítimas da Covid e carregará os traumas da pandemia por muito tempo. Ao mesmo tempo, nos perguntamos como teria sido o panorama epidemiológico se tivéssemos um governo central efetivamente comprometido com a defesa da vida e da saúde pública. Porque o que tivemos ao longo desse enorme desafio sanitário foi um governo que misturou incompetência, negacionismo, mentiras e manipulação, naquele que pode, sim, ser considerado como um terrível genocídio contra nossa população.

LUTA PELA ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO

Deputado Estadual Tony Brito

Assegar com plenitude as leis de acessibilidade e do Estatuto do Idoso é, definitivamente, um dos pilares de nosso mandato. Posto isso, é salutar ressaltar que tivemos uma grande vitória ao termos um projeto de lei de nossa autoria, aprovado por unanimidade no Parlamento Cearense que versa sobre tal assunto, mais ainda ao vermos nosso projeto se tornar lei e ser sancionado pelo governo do Estado.

No Projeto de Lei 307/2020, apresentamos a necessidade de prioridade de vagas em unidades da rede pública estadual de ensino do Ceará, que sejam mais próximas de suas residências para crianças e adolescentes, cujos pais e/ou responsáveis sejam pessoas com deficiências, ou com idade igual ou superior a 60 anos, visando não só comodidade, mas também a acessibilidade no que tange ao respeito ao Estatuto do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Ressalta-se que, o projeto de lei não visou criar novas vagas na rede pública de ensino, mas

tão somente organizá-las quanto a sua distribuição, atentando-se as necessidades e realidades individuais dos alunos e seus representantes legais.

Em junho do corrente ano, o governo do Estado o transformou na Lei nº 17.518, após publicação em Diário Oficial do Estado, assegurando assim não só o direito dos mesmos, mas também a garantia da cidadania de cada um.

É preciso termos em mente que a educação é fator preponderante e responsável para a mudança da vida social, da realidade individual de cada cidadão, de cada criança e adolescente e, conforme Art. 205 da Constituição Federal, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Não à toa, que em nosso mandato, propomos rotineiramente projetos que visem a melhoria da educação, a inclusão de crianças diagnosticadas com desordens do espectro autista, dentre outros, para que nossos jovens tenham oportunidades e possam interagir de igual com estudantes da rede privada de ensino, e assim possam vislumbrar um futuro melhor tanto para si como para seus familiares.

Finalizamos informando a todos que nosso mandato é propositivo, ou seja, trabalha em conjunto com as ideias que chegam da sociedade, mostrando que nosso principal objetivo é a melhoria da qualidade de vida de nossos cidadãos cearenses, propondo sempre algo que venha a agregar valor.

A VOCAÇÃO AUTORITÁRIA DA REPÚBLICA BRASILEIRA

Deputado Estadual Acrísio Sena

No último 7 de setembro, novamente, o presidente Bolsonaro chamou pessoas à rua para desacreditar instituições e pedir apoio para um golpe de Estado. Gostaria de classificar este momento infeliz como uma exceção, mas, ao contrário, nossa história mostra que o Brasil não possui uma vocação democrática.

Em quase todos os principais momentos da nossa vida política, o povo foi excluído das principais decisões políticas, por meio de movimentos golpistas, motins e quarteladas, que por várias vezes decidiram o destino do país. São fatos históricos muito bem demarcados por historiadores de renome, como José Murilo de Carvalho e Boris Fausto.

Em 1822, quando de nossa independência de Portugal, dois em cada 3 brasileiros eram escravos. De cada 10 pessoas, só uma sabia ler e escrever. A ordem social vigente foi manti-

da, preservando a elite e reprimindo os movimentos populares.

Em 1889, na Proclamação da República, outro golpe militar contra o Império. Não à toa, ao contrário de outras nações, o 15 de novembro é uma data sem prestígio no calendário cívico nacional.

De lá pra cá, tivemos sucessivos golpes em, 1930, 1937, 1945 e 1964, sempre com interferência militar, censura à imprensa, parlamentos fechados, repressão e perseguição aos opositores.

Em 2016, a presidenta Dilma também foi retirada através de um golpe, sem qualquer justificativa concreta. O pior cenário do Brasil na época era muito, mas muito melhor do ponto de vista da economia, da geração de emprego e renda e da preservação dos direitos sociais. Só para ilustrar: a média nacional do litro de gasolina, em março de 2016, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP) era inferior a R\$ 3,20. Em 2015, a taxa de desemprego estava em 8,5% - hoje se aproxima dos 15%.

E o que queremos para o Brasil hoje? Um governo que estimula o ódio, a ignorância e o belicismo? Só existem hoje dois grandes movimentos no Brasil: os que defendem a democracia e os que defendem o golpe e o caos.

Portanto, é tarefa nossa, dos partidos e instituições que respeitam o jogo democrático, unirmos forças contra este triste cenário, tão comum à nossa história, que vem atrasando o desenvolvimento do Brasil, aumentando a pobreza, a fome e a miséria.

PRIVATIZAÇÕES: A ILUSÃO NEOLIBERAL

Deputado Estadual Elmano de Freitas

As privatizações realizadas nos anos noventa com ausência de critérios e facilidades de financiamento, para a compra das empresas públicas significou mais a transferência do patrimônio público para o setor privado, e menos aumento da concorrência, redução de preços e maior qualidade nos serviços prestados.

Com a retomada do crescimento econômico nos anos 2000, e a redefinição do papel do Estado, indutor dos investimentos e patrocinando um amplo Programa de Aceleração do Crescimento, as privatizações foram suspensas e testemunhamos um neodesenvolvimentismo responsável pela redução da pobreza e melhor distribuição de renda.

O neoliberalismo reinaugurado com os governos Temer e Bolsonaro, trouxe de volta, além dos cortes nos gastos sociais, a redução da proteção social, a flexibilização das relações de trabalho e a temática das privatizações, políticas redentoras que na opinião desses governos, garantiria a confiança dos mercados e a estabilidade econômica.

Dentro desse contexto, o des(governo) Bolsonaro anuncia privatizações de empresas como a Eletrobrás, Correios e Telégrafos, Bancos Públicos e até a Petrobrás, seguindo na contramão dos países desenvolvidos, principalmente EUA e Europa que, atualmente, reestatizaram empresas outrora públicas, justamente pela falta de cumprimento dos contratos e péssimos serviços oferecidos.

As consequências das privatizações, do mesmo modo que no passado, sem critérios sociais e econômicos e feita com a errática convicção de que o setor privado é mais competente e líquido do que o setor público é devastador, tanto do ponto de vista da estratégia de Nação, quanto da justificativa social. Em geral, as privatizações pelo mundo, e mesmo no Brasil, acarretaram aumento dos preços, desemprego, precarização dos serviços prestados, perda de autonomia nacional e desastres ambientais.

A cereja do bolo das privatizações é a reforma administrativa, proposta que praticamente extingue o concurso público, permite redução da jornada de trabalho, contratações terceirizadas, abre portas para o clientelismo, modifica o estágio probatório favorecendo a perseguição e decreta o fim da estabilidade no emprego, tornando-o não mais atraente e prejudicando a carreira de Estado.

O neoliberalismo é o consenso para não crescer, sufocar a política pública, gerar mais desemprego, aumentar a miséria, capturar o Estado para o endividamento e estabelecer uma chave de conversão com o ultraconservadorismo, que ameaça as democracias e a sustentabilidade social e econômica.

SAÚDE MENTAL DE NOSSAS CRIANÇAS NA PANDEMIA

Deputada Estadual Érika Amorim

A situação de estresse gerada pela pandemia do novo coronavírus, afetou não só a saúde mental dos adultos, mas das crianças e dos adolescentes. Apesar de menos infectados, nossos jovens vivem uma realidade inédita até para nós. O luto precoce, a dor e o medo da doença, além do angustiante isolamento social, marcaram essa geração que vem se desenvolvendo em meio ao vírus.

Divulgada em agosto de 2021, uma pesquisa feita pela Fundação Lemann, em parceria com o Instituto Natura, mostrou que 94% das crianças e dos adolescentes tiveram alguma mudança de comportamento durante a pandemia. Segundo os pais e responsáveis, 56% ganharam peso, 44% se sentiram tristes, 38% ficaram com mais medo e 34% perderam o interesse pela escola.

Nunca se falou tanto em saúde mental. Nunca se viu tanto, a urgência de se voltar ao bem-estar espiritual. Nunca se mostrou tão necessário olhar para nossos pequenos com mais cuidado e atenção. Psicólogos e psicopedagogos já atestaram a descomunal capacidade de resiliência das crianças, principalmente, as que se encontram na primeira infância. Mas a paz vem da base familiar.

Famílias e educadores precisam de suporte emocional para acolher nossas crianças e jovens. É preciso ouvir e cuidar; é preciso estarmos atentos aos órfãos da Covid-19. É preciso focar naqueles que estão em maior vulnerabilidade social.

A mesma pesquisa revelou, ainda, que 34% das famílias afirmaram que a quantidade de comida foi menos que o suficiente, com destaque para as famílias do Nordeste (46%) e do Sul (18%). No nosso Estado, as coordenadorias de Proteção Social Básica e Segurança Alimentar e Nutricional, exerceram um trabalho intenso no sentido de amenizar os efeitos da pandemia, uma vez que a insegurança alimentar também gera insegurança emocional. Entre os benefícios concedidos pelo Estado, estão o Vale Gás Social e Auxílio Cesta Básica. O Programa Mais Nutrição doou mais de 655 toneladas de alimento *in natura*, beneficiando mais de 27 mil crianças cearenses.

Ressalto, que são várias as vertentes de cuidado. No novo normal, com todos os cuidados sanitários que o momento exige, o ambiente escolar ganha uma importância ainda maior, que é da socialização e dos sorrisos que permeiam o aprender.

Estamos vivendo momentos de fortalecimentos de laços! Nós, enquanto poder público, atuamos para estimular a comunicação educativa. Vamos seguir batendo nessa tecla com projetos e mobilizações. Hoje, temos a geração que cresce na pandemia e os *coronials*, a geração que veio ao mundo após o vírus. Essas vidas merecem uma compreensão melhor. Nunca fomos crianças em uma pandemia.

ASSEMBLEIA 2030: TRANSFORMANDO O PARLAMENTO PARA MELHOR SERVIR AO POVO

Deputado Estadual Evandro Leitão



Parlamento é o lugar onde as demandas do povo devem ser defendidas e sempre tratadas em regime de prioridade. Por compreendermos a necessidade de garantir cada vez mais melhorias nos serviços prestados à população cearense, a Assembleia Legislativa do Ceará tem avançado em medidas que fortalecem aspectos de planejamento, gestão e monitoramento de ações.

Em maio de 2021, realizamos o lançamento do Programa Alece 2030, uma iniciativa fundamental que cumprirá a missão de construir o Modelo de Gestão Estratégica do Poder Legislativo ao longo dos próximos 10 anos. A partir de então, foi dada a partida na elaboração do planejamento estratégico liderado pela Coordenadoria de Desenvolvimento Institu-

cional da Assembleia Legislativa e orientado pela Fundação Dom Cabral, que validamos em setembro após diagnósticos realizados, assim como metas traçadas e pactuadas junto a servidores.

Durante esse processo, ocorreram oficinas e workshops, envolvendo todos os setores e órgãos que compõe a Assembleia. Estudamos os indicadores estratégicos, essenciais para medição do alcance dos objetivos estabelecidos e das metas de curto, médio e longo prazo. Foram estabelecidas sete áreas prioritárias a terem trabalhos desenvolvidos no programa, como o "Departamento de Gestão de Pessoas, Diretoria Legislativa, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Comitê de Responsabilidade Social, Coordenadoria de Comunicação Legislativa, Comissão Permanente de Licitação e Ouvidoria Parlamentar".


Na Alece 2030, estabelecemos a missão de representar a sociedade no exercício das funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo a democracia participativa e contribuindo para o desenvolvimento sustentável, além da visão de futuro de ser referência em Parlamento Aberto para o fortalecimento da democracia. Para isso, já foram definidos 18 projetos que alicerçam esta caminhada rumo ao desenvolvimento de uma Casa mais eficiente, com destaque para os que envolvem Gestão por Competências, Gestão por Processos, Sistema e Democracia e Gestão de Riscos.

Temos muito a perseverar neste propósito até a próxima década. E tudo será o fruto, especialmente, da preparação daqueles que fazem o Poder Legislativo no dia a dia, cada servidor e servidora. Ao todo, mais de 130 servidores participaram ativamente da formatação do planejamento, com muita responsabilidade e compromisso público. Nos últimos meses, o programa já capacitou 40 profissionais da Casa em gestão de projetos, e devemos capacitar ainda mais em 2020.

Podemos afirmar, com muito orgulho, que vivenciamos um verdadeiro processo de transformação do Parlamento Estadual, em sua reinvenção dos processos, aperfeiçoamento do capital humano e transformação digital. Tudo para que a Casa garanta com plenitude o fluxo eficiente de políticas e assistência social a todos e a todas em nosso Ceará.

O PRÓXIMO DESAFIO

Deputado Estadual Guilherme Landim

 Brasil é um país de vitórias. Nos últimos 150 anos, vivemos todos os tipos imagináveis de desafios humanos. Experimentamos, mesmo que por pouco tempo, todos os regimes políticos, todos os desafios. Fomos monarquia, fomos ditadura, somos democracia. Vencemos muitas lutas. Apesar da desilusão pontual da população que olha muito para nossas derrotas, criamos o maior sistema de saúde do mundo. Temos ilhas de excelência na educação, na ciência, no esporte e na cultura. Mas falta conectar essas ilhas.

E uma das grandes vitórias está se desenhando nesse exato instante, apesar da descrença e das barreiras que pareciam intransponíveis, inclusive, o peso histórico do fracasso da obra que, citada por D. Pedro II, parecia sepultada e sobre ela colocada uma lápide em cuja face poderia estar escrita, "aqui jaz a transposição do rio de um país que planeja ruim e executa pior".

Pois bem, muitos brasileiros lutaram e reescreveram a história dessa obra seminal para a região Nordeste. Destaco, com orgulho, o empenho do Deputado Wellington Landim, meu pai, que desde 1995 encabeçou a luta pela realização

da obra. Hoje, enquanto presidente da Comissão Especial de Acompanhamento das Obras da Transposição das Águas do Rio São Francisco, continuo esse legado e afirmo que agora nosso desafio é outro: equilibrar sustentabilidade econômica e viés social.

Sobre um preço racional da utilização da obra, que é uma urgência, há um pré-acordo entre governadores e governo federal, dentro do qual os estados se comprometem a assumir o custo da água, mas de forma escalonada, progressiva e crescente ao longo dos próximos 5 anos. Caberá à União, do terceiro para o quarto ano, planejar o barateamento do custo por meio da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), seguindo o modelo de tarifação, por exemplo, aplicado às grandes indústrias.

O preço é importante, porém, fundamental é a finalidade: a utilização social. A transposição é uma reparação com o povo nordestino. Por isso estamos empenhados em garantir o abastecimento humano com olho na produtividade da agricultura familiar. É preciso agregar valor por meio da geração de emprego e renda no campo. Implementar energia solar, eólica e pesquisa científica ao longo do canal. Esses são os próximos desafios e, acredite, nós vamos vencer esses também.

UM NOVO PACTO PELA EDUCAÇÃO

Deputado Estadual Guilherme Sampaio⁵

A pós um longo período de suspensão das aulas presenciais na rede pública, um desafio se impôs aos governos e sociedade, na forma de uma das mais graves consequências sociais da pandemia da Covid-19: seu impacto na educação de uma geração de milhões de crianças e adolescentes, em razão das necessárias medidas de isolamento social.

O cenário preocupa. Estudos da Unesco e do Banco Mundial apontam que, no Brasil, três em cada 10 crianças podem não aprender a ler até os 10 anos; a evasão escolar afetou mais os jovens negros, pobres e os que já tinham dificuldade de aprendizado; em alguns locais, essa aprendizagem pode retroceder aos anos 60. No Ceará, estudos da Secretaria da Educação (Seduc) apontam tendências preocupantes.

⁵ Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura Educador, deputado estadual e presidente do PT Fortaleza.

Por isso, com a retomada das aulas presenciais, o Pacto pela Aprendizagem, proposto pelo governador Camilo Santana (PT) e aprovado em lei pela Assembleia Legislativa, será decisivo para seguirmos combatendo desigualdades em nosso Estado, que já tem mais de 70% das melhores escolas de Ensino Fundamental do País, e quase 60% das escolas de Ensino Médio funcionando em tempo integral.

O Pacto permitirá que estabeleçamos diretrizes para reverter os prejuízos ao aprendizado. Como educador e deputado estadual, fui relator dessa lei, que possibilita a transferência de R\$ 130 milhões aos municípios, para estratégias pedagógicas, projetos e ações voltadas ao enfrentamento desses desafios, incluindo a aquisição de equipamentos de tecnologia que, após emenda de minha autoria, poderão beneficiar, além dos alunos, os professores.

Para apoiar, difundir e aperfeiçoar iniciativas neste sentido, apresentei requerimento propondo criar o Comitê Interinstitucional de Apoio e Acompanhamento do Pacto pela Aprendizagem. O colegiado será responsável por acompanhar e dar suporte à implementação do Pacto junto aos municípios.

Pretendemos reunir representantes da Seduc, dos conselhos, dos gestores e de variadas entidades da educação, sob a coordenação da AL. Entre nossas atribuições, estarão: a promoção de seminários para subsidiar projetos e ações; estudos sobre os impactos da pandemia; difusão de experiências bem-sucedidas de municípios, escolas e docentes; combate à evasão; e, a criação de estratégias de formação e valorização das professoras e professores.

A REALIDADE CEARENSE E O AFASTAMENTO DOS SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Deputado Estadual Leonardo Araújo

A Constituição da República Federativa do Brasil é sem dúvidas muito extensa, sendo composta por 250 artigos, onde é considerado por muitos como um dos mais importantes o artigo 5º, que possui incríveis 78 incisos. Também em seu conteúdo, vemos linguagem jurídica que assusta a população em geral, afastando-os de lerem seus direitos integralmente. Para Peter Häberle, a Constituição deveria ser conhecida e interpretada por todo o povo, não somente por operadores do direito ou estudantes de graduação.

Assim, em uma sociedade onde se lê pouco e, constantemente, as instituições sofrem mudanças substanciais (desde a promulgação, a Constituição Federal já passou por mais de 100 emendas), os concursos públicos, cobrando direito cons-

titucional em praticamente sua integralidade, vieram para o bem, haja vista que o Brasil possui milhares de "concurseiros".

Entretanto, acreditamos que mesmo com os concursos públicos, bem como com as graduações de direito, amplamente difundidas no século XXI, ainda há muita falta de instrução da população acerca dos seus direitos e garantias constitucionalmente protegidas.

Evidenciado tal contexto, buscamos soluções para aproximar a população cearense e seus direitos, de maneira fácil, transformando o "juridiquês" em uma ferramenta de promoção do bem-estar social. Assim, através do Projeto de Lei nº. 57/2020, que posteriormente virou a Lei Estadual nº 17.316/20, solicitamos a inclusão na grade curricular do ensino público do estado do Ceará, de disciplinas relativas aos direitos fundamentais, contribuindo para a formação do cidadão, conscientizando-o sobre seus direitos e garantias que foram devidamente protegidas pelo ordenamento jurídico brasileiro; além de capacitá-los para o serviço público, uma vez que vasta gama de estudantes opta por se tornar servidor da administração pública, após sair do ensino médio.

Além disso, preparamos os alunos para o maior vestibular do país, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Desde a sua reformulação, o ENEM cobra dos estudantes conhecimentos sistemáticos sobre direitos e garantias constitucionais, desde temas relacionados à liberdade de credo, em 2016, acessibilidade educacional para pessoas com deficiência auditiva, em 2017, dentre outros casos.

Também, a lei, por consequência, prepara jovens para situações diárias e, infelizmente, recorrentes, principalmente nas classes mais vulneráveis da nossa sociedade, que lidam com casos de abuso de poder pelas instituições e descasos relativos aos direitos das pessoas.

DESIGUALDADE E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Deputado Estadual Moisés Braz



Brasil tem na desigualdade uma das principais marcas. Não à toa, somos o 9º no ranking dos mais díspares (IBGE, 2020). O fosso entre pobres e ricos, da forma como se dá, compromete a nossa própria democracia, distante que está da ideia de soberania popular.

Desigualdade não é só a diferença do que ganha o mais abastado e do que é sonegado ao vulnerável. Ela se apresenta sob as várias facetas: gênero, raça, renda e/ou território. Atrasa ainda mais nosso já capenga desenvolvimento, afeta a sociedade por inteiro e compromete o futuro. Está manifestada na exclusão, na pobreza, nas injustiças e na negação de direitos.

Quanto mais desigual é um país, menos oportunidades têm a maioria dos seus habitantes. Mais grave consequência do abismo social existente, é saber que ele vem sendo reforçado no Brasil a cada dia sob o governo Bolsonaro, na contramão de muitas nações, mesmo após as duas primeiras ondas da Covid-19 que se abateram sobre o mundo com seus graves impactos.

Este preâmbulo é para dizer que a desigualdade também está refletida na ocupação dos espaços de poder da sociedade. Por conta do seu caráter histórico, a maioria das transformações e/ou rupturas político-institucionais do país, nunca tiveram o povo como protagonista, mas sim, uma elite, seja ela econômica, política ou militar. Grande parte da população, em especial a mais pobre, sempre ficou à margem dos processos decisórios.

Prova disso são os parlamentos. Basta tomarmos como exemplo a Câmara Federal, que abriga 513 deputados eleitos. Das eleições de 2018, emergiu uma composição novamente em total descompasso com o perfil da sociedade brasileira. Gênero e raça são os recortes que mais chamam a atenção. Apenas 15% de mulheres, mesmo elas correspondendo a 51,5% da população. Negros, incluídos pretos e pardos, são 24,3%, apesar de formarem 54,9% dos habitantes do país.

A desigualdade também está manifesta quando o assunto é a representação por segmentos econômicos ou profissionais. Grande parte dos deputados é de empresários ou defensores de setores como construção civil, agronegócio, seguidos por segurança pública e evangélicos.

A sub-representação acontece em maior ou menor grau, em todas as esferas. Se quisermos mais igualdade entre homens e mulheres, mais políticas afirmativas para reverter o racismo e a discriminação, a garantia de direitos trabalhistas e previdenciários, mais proteção a minorias, programas de transferência de renda e perspectivas para a juventude, temos de lutar para reverter esta realidade.

Para isso, é necessário que mais jovens, mulheres, negros, índios e trabalhadores participem da política e busquem ocupar os seus espaços. Como único deputado representante legítimo da agricultura familiar na Assembleia Legislativa do Ceará, sei da importância que é representar um contingente de mais de um milhão de cearenses.

UM DESAFIO DO NOSSO TEMPO

Deputado Estadual Oriel Nunes Filho

Uma das prioridades do meu mandato na Assembleia Legislativa é a defesa da ampliação do uso das energias renováveis. Além de apresentar projetos, tenho contribuído no parlamento e no debate público, para chamar atenção para esse tema. Vivemos ciclicamente o dilema das ameaças de apagões, porque precisamos de água nas represas para garantir a geração da energia hidrelétrica. Historicamente, a captação da água depende da generosidade incerta das estações chuvosas. Sem chuvas em volume suficiente, a possibilidade de um apagão volta a rondar o país. Foi assim, em 2001, e se repete 20 anos depois. Há duas décadas a crise hídrica atrapalhou o país, e levou o governo federal a tomar medidas inéditas que sacrificaram a população, o comércio e o desenvolvimento. E foram sentidas no bolso de todos. Já naquele tempo, falava-se na necessidade de ampliar a matriz energética alternativa, e não se pode negar que tivemos avanços, mas continuamos longe do ideal.

Nesse tempo que passou, exploramos cada vez mais e com a mais moderna tecnologia disponível no mundo, o potencial da energia dos ventos e da energia solar, mas ainda estamos na contramão do que se faz no mundo. O Brasil persiste em priorizar a poluição e o atraso das termoelétricas movidas a carvão, que investir com determinação e vontade política na energia do futuro, mais barata, moderna, renovável e abundante na nossa região. Entre uma ameaça de apagão e outra, aprendemos lições de um lado e persistimos nos erros de outro. O Brasil de 2001 compreendeu que, não havia água nas represas para girar as turbinas, aprendeu a poupar energia e se adaptou a situações inusitadas, dos desligamentos programados de vitrines de lojas, a popularização do horário de verão, que de estorvo passou a ser visto como necessidade. No tempo presente falta uma visão mais atualizada por parte do atual governo. No mundo inteiro, sobretudo, nos países desenvolvidos, termelétricas é coisa do passado. No Brasil não. Prioriza-se de forma deliberada esse sistema anacrônico, poluente, antigo e caro, beneficiando os grandes interesses privados por trás desses empreendimentos que encarecem a conta para o consumidor final. É preciso rever prioridades para democratizar o acesso à energia eólica e solar. O Ceará tem exemplos virtuosos no Vale do Jaguaribe, no litoral e nos Inhamuns. O binômio sol e vento são dois ativos naturais presentes em toda a parte no nosso território. É preciso apoio e incentivo para desburocratizar e destravar a implantação dos sistemas eólicos e solares, e explorar corretamente esse potencial. Quem utiliza as fontes de energia alternativa sabe de sua qualidade. O barateamento ocasionado pela energia limpa, segura e renovável, é um de seus mais notáveis atrativos e beneficia pequenos, médios e grandes consumidores. O desafio do nosso tempo é unir esforços para garantir acesso em larga escala a essa matriz energética, porque o futuro é agora.

ASSERTIVIDADE DA COMUNICAÇÃO

Deputado Estadual Rafael Branco

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva, mais de 95% da população brasileira, não se sente representada pelos políticos; 95% dos entrevistados afirmaram que os parlamentares estão mais preocupados em se manter no poder do que governar. Entre outros motivos, percebe-se que a insatisfação da população também está na indisponibilidade de informações sobre o mandato, a não prestação de contas e a falta da participação pública, ou seja, os interesses sociais. Além de temporal, o mandato é espacial e o político deve se perguntar para quem está governando e se a comunicação está sendo efetiva.

Na era da indústria 4.0, da força tecnológica, que de certa forma democratiza informações, percebe-se que muitos políticos não usam ou não aproveitam ferramentas tecnológicas para impulsionar a comunicação e priorizar a eficiência da interlocução com os eleitores. Sabendo dessa realidade e com o sentimento de vivenciar um verdadeiro mandato informativo e participativo que dialogue, respeite e entenda a população

cearense, o deputado estadual Rafael Branco propôs que um dos princípios, durante toda a sua atuação política, seja a da comunicação social com participação popular em evidência – tanto na prestação de contas, como na elaboração dos projetos e captação de recursos.

Desde que assumiu o mandato, em maio de 2021, através das redes sociais - Facebook, Instagram e WhatsApp -, Rafael Branco busca informar e receber demandas da população consolidando uma relação recíproca, visando a responsabilidade social. Com pautas informativas e de conscientização sobre diferentes áreas da vida humana, o deputado procura atuar, de certa forma, na educação dos cearenses, pautando direitos, cultura, turismo, economia, religião e esporte. Isso reflete, também, no processo de elaboração dos projetos de indicação, projetos de lei, requerimentos e outros que vislumbram, sempre, políticas públicas eficazes – disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Ceará.

No campo dos direitos e inclusão social, entre os projetos de indicação deliberados, está o que dispõe a contratação de mulheres que foram vítimas de violência doméstica; o Ceará registrou, de janeiro a outubro de 2021, 15.400 ocorrências oriundas da Lei Maria da Penha, e de janeiro a setembro do mesmo ano 22 casos de feminicídio, segundo dados da Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública. Dessa forma, projetos como este são essenciais para incentivar e apoiar mulheres cearenses a se “encontrarem” socialmente e financeiramente.

O SETOR DE EVENTOS E O OLHAR DO ESTADO

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

A situação brasileira em relação à pandemia, não esteve em momento algum gerenciada de forma unificada, então, coube aos estados e municípios buscarem alternativas próprias para amenizar as consequências. Dentro dessa realidade, demonstro meu apoio e agradecimento ao trabalho que o governo e o Parlamento cearense realizaram ao longo dos anos de 2020 e 2021 – período pelo qual vivenciamos diversas situações desesperadoras e que sem a mão do Estado teria sido ainda muito pior.

Dentre as ações do governo, ressalto a importância que foi para os profissionais e trabalhadores do setor de eventos as medidas anunciadas. O governador Camilo Santana provou mais uma vez, que sabe ouvir as reivindicações do povo, que sabe dialogar com as categorias e que lutou com veemência para preservar vidas, sem esquecer a sobrevivência dos mercados.

O setor de eventos foi o primeiro a parar e o último a voltar, resumindo na sua dinâmica a vocação de todo um Estado: atender, organizar os serviços, promover, agregar, desenvolver. Sem os eventos, os empregos diretos e as oportunidades indiretas padeceriam sob uma catástrofe. Um grande ônus para a nossa economia o não funcionamento desse setor, mas um ônus ainda maior para esses profissionais seria a omissão do poder público, uma vez que eles e suas famílias têm a renda diária vinda daquelas ações construídas para trazer ao Ceará milhares de pessoas de todo o mundo.

Destaco o parcelamento das dívidas do ICMS em 60 meses. Ou a isenção do IPVA 2021, para veículos registrados no nome da empresa, de MEIS e de profissionais autônomos da área. Outra medida anunciada é a isenção do pagamento de taxas para todos os equipamentos culturais após o retorno das atividades presenciais por seis meses.

O lançamento de um edital para eventos corporativos online também foi anunciado, no valor de R\$ 4 milhões, o que injetou recursos imediatamente, salvando projetos e mantendo a roda da economia em funcionamento. Por último, foi anunciado auxílio financeiro para os profissionais da área no valor de R\$ 1.000,00, dividido em duas parcelas de R\$ 500,00. A junção de todas essas medidas teve, com certeza, um impacto muito positivo para a economia e para a vida desses trabalhadores.

Foi e continua sendo um momento difícil para todos. Mas também é um momento de preservar vidas, preservar as famílias, os pais, filhos, aquelas pessoas mais vulneráveis a este vírus que pode ser mortal. Sem esquecer a economia e mantendo o Ceará como terra de oportunidades.

A RESILIÊNCIA DO TURISMO

Deputado Estadual Sérgio Aguiar⁶



que aconteceu com sua empresa numa devastadora pandemia? E com todo um segmento ameaçado? Foi justamente o que houve com o setor turístico brasileiro, notadamente do Ceará, Estado pouco industrializado e que depende, basicamente, dos serviços do turismo, dos eventos e do comércio. Aí surge a resiliência, virtude que mitiga a falência, afinal, ela nos torna cada dia mais fortes para enfrentarmos as adversidades. Quando nos tornamos resilientes, evitamos caminhos forçados e situações indesejadas que poderiam nos levar ao fracasso.

Parcimônia e paciência são duas das características da resiliência. Quando somos parcimoniosos e pacientes, tornamo-nos serenos e transmitimos confiança nas palavras e nos atos, sempre lembrando a tríade dos "P", que nos leva à perfeição: pensamento perfeito, palavra perfeita e ação perfeita.

A Covid19 quebrou os planos elaborados pelo trade turístico cearense para os últimos dois anos, período em que

⁶ Advogado, Administrador de Empresas, Economista e presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação da ALCE.

havia de tudo para entrar numa positiva história econômica. Continuamos acreditando na superação, na ousadia, na determinação e, acima de tudo, na latente conscientização da potencialidade do Ceará. Assim como, continuamos na luta pelas medidas que mitiguem os impactos socioeconômicos e, assim, o setor de serviços esteja saudável para o período de estabilização e de recuperação, salvando empregos.

Nossa vida se torna mais leve, quando nosso discurso está, ao menos, alinhado com as ações, sejam elas justas e perfeitas ou equivocadas, pois ao menos, haverá transparência de nossa parte, evitaremos a hipocrisia e, principalmente, estaremos desenvolvendo outras características que nos tornam melhores, como a lealdade, a sinceridade e o trabalho.

Neste momento de sacrifício e para que todos deem a volta por cima, trabalhamos para que, principalmente, as micro e pequenas empresas, que formam a massa turística, sejam vistas com bons olhos pelos governantes, com permanente crédito facilitado e subsidiado para manter as atividades, diferimento de tributos e flexibilização dos contratos de trabalho que mantenha o quadro salarial do setor.

Assim, temos que ter fé, resiliência e determinação do trade turístico, segmento primordial para a sustentabilidade econômica do Ceará. Às vezes, o turismo pode até envergar, mas não quebra.

Resiliência, sempre! Desistir, jamais!

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brillhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora

Biênio 2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

EDIÇÕES INESP

Ermendes do Carmo

Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

**Cleomarcio Alves (Marcio), Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo**
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni
Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

João Victor e Thais Lúcio
Estagiários

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação

Valquíria Moreira
Secretaria Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante
Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Imprensa

**Lúcia Maria Jacó Rocha, Sandra Bastos Mesquita
e Vânia Monteiro Soares Rios**
Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira
Equipe Auxiliar de Revisão

Site: [http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



ALECE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ

Mesa Diretora 2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Daniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações

ORGANIZADOR

João Milton Cunha de Miranda
Osmar Maia Diógenes